

SESSÕES DO PLENÁRIO

137ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 14 de Janeiro de 2014.

PRESIDENTE: DEP. ADOLFO MENEZES *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Ivana Bastos, João Carlos Bacelar, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandyr Oliveira, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (58)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):-Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Paulo Rangel, comunicando sua ausência das sessões nos dias 04 e 09/12/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Mário Negromonte Júnior, comunicando sua ausência da sessão no dia 03/12/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Presidente da Câmara Municipal de Itapetinga, Nidia Oliveira dos Santos, encaminhando Moção de Apoio reivindicação a construção e funcionamento do IML da cidade, de autoria da Vereadora Naara Lima Duarte.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, inicialmente queria saudar a todos os presentes às Galerias Paulo Jackson, que estão na luta pela votação da PEC que estabelece o voto aberto e pela aprovação do projeto de lei Anticalote, o PL nº 19.414/2011. Portanto, espero que consigamos aprovar essas duas proposições. E eu acrescentaria mais uma: a PEC de nossa autoria que estabelece o fim da remuneração extra quando da convocação extraordinária durante o recesso parlamentar. Acho que são três propostas que poderiam ser aprovadas por consenso, pois são fundamentais para aperfeiçoar o nosso Legislativo e contribuir para a nossa sociedade. São realmente fundamentais. Esperamos que sejam aprovadas o mais rapidamente possível.

Sr. Presidente, demais deputados e presentes às Galerias Paulo Jackson, nesse final de semana nós estivemos no Vale do Jiquiriçá visitando as diversas cidades e participando ativamente de diversos eventos em Santa Inês. Essa cidade vem sendo administrada pelo nosso camarada José Afrânio e tem como vice-prefeito o Dr. Fábio, que também faz parte do nosso partido.

O prefeito vem fazendo uma administração que é referência não apenas para aquela região, como também para o próprio Estado da Bahia, pela sua competência, capacidade administrativa e pelo papel que tem realizado para resgatar a paz e o clima de confraternização. Nesse sentido, ele vem fazendo uma das mais belas festas do interior baiano. Participamos de todo o seu processo. Trata-se da lavagem das escadarias da igreja, uma festa de confraternização da população, porque uma das questões fundamentais dum município interiorano, principalmente como o de Santa Inês, é resgatar a paz e a harmonia, pois a festa e as tradições pertencem a toda a sociedade, assim como a própria cidade.

As eleições passaram, e agora chega o momento de trabalho. É o que o prefeito vem fazendo. E também o de resgatar a paz.

Acabou a história do conflito entre dois segmentos, porque a população de Santa Inês escolheu o comunista José Afrânio para administrar a cidade. Portanto, ele deve ser respeitado – sem dúvida alguma, toda a população o aceita e o respeita. Ele vem criando esse clima de harmonia e paz lá.

Além desse clima de paz, harmonia e confraternização, o prefeito vem fazendo uma das melhores administrações no Estado da Bahia. Pegou a cidade destrozada, inadimplente, mas com sua competência regularizou a situação e já vem recebendo muitos recursos em benefício da cidade para obras de infraestrutura, de abastecimento de água, de energia elétrica, para geração de emprego e renda, na saúde, na educação. Ou seja, nas diversas áreas.

Sendo assim, quero registrar e parabenizar um dos melhores prefeitos do Estado da Bahia, Zé Afrânio, sua equipe, o vice, Fábio, e o presidente do nosso partido, o camarada Castro, que é uma peça fundamental naquela cidade, para fazer

uma gestão a serviço da população.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Maria Luiza Laudano, o Brasil acompanha estarecido a barbárie instalada nos presídios do Maranhão.

Mas, deputado Targino, como se preocupar com a barbárie do Maranhão, quando na Bahia essa situação é muito pior. Foram 22 homicídios no último final de semana em Salvador – 22 homicídios! Mas o governo não está nem aí.

Deputado Zé Neto, quem liga para cadáveres pobres de tão pretos e pretos de tão pobres? Ninguém, ninguém do governo. Mas se fosse um mauricinho já teriam tomado atitudes. Vinte e dois homicídios em um final de semana em Salvador, 22 mortes violentas. Quem são essas 22 vítimas de homicídios? Jovens de 12 a 25 anos, sexo masculino e negros. E negros! É o extermínio instalado na Bahia, e o governo não tem uma política para impedir este extermínio.

Volto a perguntar: quem liga para cadáveres pobres de tão negros e pretos de tão pobres? Ninguém. O governo não está nem aí para os pobres nem para os negros. Vinte e dois homicídios. Ninguém aqui, deputado Adolfo, que preside esta sessão, pode parar para examinar a barbárie do Maranhão.

Que revolta, que revolta! Mas se a nossa situação é muito mais grave e crítica do que a do Maranhão!

A Bahia, que vivia em uma situação de tranquilidade, nestes últimos 8 anos viu a taxa de homicídio atingir patamares impressionantes. Essa taxa de homicídios cai no Brasil. Há uma tendência, mesmo com os números altíssimos de homicídios no Brasil, de queda. E o que mantém alta a taxa de homicídios no Brasil? O homicídio no Nordeste – Bahia, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte – e o número de jovens negros assassinados na cidade do Salvador.

A taxa de homicídios na juventude branca tem decrescido para números, eu diria, até nórdicos; números de países desenvolvidos. Mas o homicídio na juventude negra tem aumentado assustadoramente nesta terra. E volto a dizer: cadê a política pública para enfrentar essa situação? Qual é a política pública para enfrentar essa situação? O que justifica esses números alarmantes na Bahia?

Quatro municípios baianos estão entre os dez mais violentos do Brasil. E como contra fatos não há argumentos, o que justifica 22 homicídios nesse final de semana em Salvador? Só que ninguém liga para cadáveres pobres de tão pretos e pretos de tão pobres.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Primeiro, boa-tarde a todas e a todos que nos ouvem, a Oposição fala de política como se falasse de alguma coisa sem memória. A mesma Oposição que V.Ex^a defendia é o mesmo projeto que deixou a Bahia com,

praticamente, 400 carros de polícia funcionando; umas moquecas no interior.

Na minha cidade tínhamos três carros da Polícia Civil e seis carros da Polícia Militar. Feira de Santana hoje tem 47 da Polícia Militar e 25 da Polícia Civil. Foram 8 mil homens contratados. V.Ex^{as}, em 8 anos de governo, deram aos policiais militares menos de 16,5% de reajuste real. Nós estamos chegando a 104%, e já vamos para o segundo Regimento Interno da categoria, dialogando com a categoria. Os policiais civis passaram no governo de V.Ex^a 29 anos sem qualquer ascensão profissional, só quando morria alguém. V.Ex^a está esquecido.

V.Ex^a está esquecido de que quem está matando neste momento, de quem está cometendo os crimes ou está aí vendendo *crack* nas ruas não são crianças de 7 ou 8 anos de idade, e não foram criados no nosso governo. O problema é nosso, sim. É nosso e estamos a enfrentá-lo. Foi no nosso governo que as Polícias Militar e Civil passaram a ser respeitadas. Inclusive, digo todos os dias que a greve foi mais obra do ruído do que da falta do diálogo. A diferença da distância está em quem tem mais ou menos memória. Quem tem mais memória sabe o quanto tem sido árduo o caminho.

Em Feira de Santana, por exemplo, que é onde posso de cátedra falar com tranquilidade, nós tínhamos 350 vagas nos presídios; hoje já estamos com 1.350 e vamos para 1.600. Nós temos um complexo policial e estamos com o segundo já pronto para inaugurar, vamos inaugurá-lo entre os dias 20 a 30, com seis delegacias novas. E temos hoje funcionando as Bases Comunitárias, temos uma política estrutural. Dizer que é céu de brigadeiro, não vou dizer, é claro; dizer que mar de rosas, é claro que não vou dizer. Mas vou dizer que V.Ex^{as} não têm autoridade para falar de segurança pública, porque o legado que V.Ex^{as} deixaram neste Estado é um legado maldito, é um legado de esquecimento, de autoritarismo, de falta de respeito às Polícias Militar e Civil. V.Ex^{as} não têm histórico para falar de segurança pública neste Estado! As reduções que aconteceram na Região Metropolitana são da ordem de 16%; em Feira de Santana são de 25%, 104 mortes a menos. E dizer que estamos satisfeitos? Não estamos satisfeitos. Temos, sim, muito o que trabalhar para construirmos, passo a passo, uma estruturação de política de segurança pública que não passa só por polícia. Passa por habitação, que são 200 mil unidades na Bahia através do Minha Casa, Minha Vida. e muitas também com a Conder, nos seus empreendimentos próprios.

Nós sabemos o que é justiça social. Aqui não somos nós que defendemos a política dos mauricinhos, como V.Ex^a colocou, ou mesmo nos preocupamos com os mauricinhos, não! Nós somos do governo e do projeto, nesta República que olhou para os pobres deste País. Que olhou para aqueles que não tinham condições. Não é à toa que triplicamos o número de universidades e quase quadruplicamos o número de escolas técnicas, que criamos o Luz para Todos, que criamos o Bolsa Família, que criamos todas as políticas de inclusão social.

Nós temos autoridade para, junto com o povo da Bahia, junto com o povo do Brasil, enfrentar as mazelas históricas. Coisa que pensamentos como os de V.Ex^a, que pensamentos como esses que nortearam por anos e anos o destino e a face dos brasileiros... Neste momento nós podemos dizer: o Brasil é outro, a Bahia é outra, o caminho é outro. Temos, sim, ainda muitas dificuldades a enfrentar. Mas não são V.Ex^{as} as autoridades que poderão nos dar qualquer norte. Aliás, V.Ex^{as} têm que enrolar a viola no saco e esperar muito tempo na oposição.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Gaban pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, é estranho esse Líder do governo. É aquele discurso raivoso, fruto de quem deve ter levado uma bronca sem tamanho do governador pela sua incompetência. Ora, com 48 parlamentares não conseguir a provar uma PEC?! Foi a maior derrota já imposta a um governo aqui. Mas por quê? Esse discurso raivoso tem motivo, sim: é a insatisfação da Bancada, muito mal comandada aqui na Assembleia.

Na hora em que ele quer rebater, meu caro deputado João Carlos Bacelar, o pronunciamento de V.Ex^a... Ah, tenho de dizer que quem tem memória curta é o Líder do governo. A Bahia encerra mais um ano, e já o fez em 2012 e agora em 2013, como recordista nacional em homicídios por 100 mil habitantes. A Bahia encerra o ano com 40,3 homicídios por 100 mil habitantes, mais que o dobro de São Paulo e Rio de Janeiro, que têm populações maiores do que a nossa.

Quando deixamos o governo, o lugar de bandido era na cadeia, porque havia macho, havia homem, havia gestor, havia comando no governo da Bahia! Os bandidos tinham medo. Medo! Tanto é que no nosso governo... Na verdade, a memória curta é do Líder Zé Neto! Porque, se ele relembra... Isso ele não faz; faz é discurso aleatório, sem consistência, sem objetividade. Do que ele não se lembra, vou lembrar-lhe agora: quando deixamos o governo, a Bahia era o 25º Estado em termos de violência. Hoje já é o 3º em nível nacional.

Que memória é essa! É isso que ele tem de ver! Agora ele faz um discurso-relâmpago, criticando o pronunciamento do deputado João Bacelar, e cai fora, de maneira até covarde. Aliás, covarde, inclusive, é o ato que tem o Líder do governo. Falar em credibilidade?! Credibilidade nenhuma. Não tem moral aquele que tem 48 deputados e não consegue aprovar uma PEC. Quer mudar o Regimento da Casa para facilitar o trabalho do governo.

Isso é valorização do Poder Legislativo? Isso é desmoralização do Poder Legislativo.

Deputado Elmar, vamos cobrar um posicionamento do presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo, que já por várias vezes disse que enquanto fosse presidente do Poder Legislativo não iria permitir mudanças no Regimento Interno, porque esse é um instrumento que nem na época da ditadura tirava o direito da Minoria. Mas o Líder do governo, depois de ter sido derrotado fragorosamente, requer, agora, uma sessão extraordinária, após o encerramento desta, para aprovar o regime de urgência para uma imoralidade.

A diferença é que nós fazemos as coisas certas. É o mesmo comparativo que eles podem fazer, deputado Targino. Nós, da Oposição, quando houve desvio de conduta, sem antes sequer terem sido condenados, mas quando foram acusados de desvio, botamos para fora, expulsamos do DEM aqueles que tiveram o nome vinculado a desvio de dinheiro público. E o PT faz vaquinha para pagar por aqueles que foram condenados. É uma imoralidade! Essa é a nossa grande diferença, nós agimos com clareza.

E e eu só posso terminar, deputado Elmar, fazendo referência ao Líder do

governo, deputado Zé Neto: dê a qualquer pessoa o mínimo de poder que você vai conhecer o caráter dela.

A medida que o Líder do governo toma hoje, que afronta a democracia e a soberania do Poder Legislativo, é um ato covarde que merece repúdio. Ele não pode nem vai calar a Minoria, a Oposição nesta Casa com atos covardes, mexendo no Regimento. Espero que a Bancada do governo não dê cobertura a um ato imoral, mas que aprove, sim, a emenda impositiva, que conta com a assinatura de, pelo menos, 31 Srs. Deputados da Base do governo. Acho que o momento é de valorizar e não de achincalhar a imagem do Poder Legislativo, já tão desgastada, com esse ato covarde que o Líder do governo pratica. Ele já não tinha moral com a Oposição e agora perde a credibilidade, daqui para a frente, deputado Elmar, para dialogar com a Oposição.

Mas vamos cobrar isso nas ruas, nas urnas. É um ato covarde e imoral, querendo calar a Oposição, usando o teórico rolo compressor. Quero crer que a Bancada do governo não tenha a coragem de mudar o Regimento para tentar calar a Oposição. Mas não vai calar, porque não vamos permitir.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, por 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores presentes às Galerias, gostaria de saudar os trabalhadores que têm vindo constantemente acompanhar os trabalhos da Assembleia Legislativa em busca do apoio parlamentar para a aprovação do projeto de lei anticalote. Quero parabenizar a todos que têm vindo insistentemente, e dizer que tivemos colaboração na articulação junto ao deputado Mário Negromonte, que é o relator da matéria, e à autora do projeto, nossa companheira, deputada Maria del Carmen. Portanto, essa luta obstinada dos senhores não será a troco de nada. Não tenho dúvida de que Oposição e Situação marcharão juntas no sentido de aprovar essa matéria de interesse de toda a Bahia e dessa porção dos trabalhadores do serviço público.

Quero dizer que estamos vivendo um momento na política, em nível nacional, muito interessante. Há bem pouco tempo, políticas públicas que objetivamente gerassem emprego, que estabelecessem condições objetivas para melhorar a qualidade de vida de todo um povo, o resgate da cidadania, a opção por aqueles mais necessitados, a direção, num lapso de tempo relativamente pequeno, quando confrontado com o tempo de história oficial deste País...

Nós somos privilegiados pelas políticas que se impõem de Norte a Sul, de Leste a Oeste deste País, a exemplo das políticas de cunho social que o Partido dos Trabalhadores, junto com os seus aliados, encetou para tirar da miséria dezenas de milhões de brasileiros. Eu falo, comparando os mais de 500 anos de história oficial, de apenas 11 anos de governo petista neste País. É o Bolsa Família, é a política de habitação, é a política de saneamento, são os recursos transferidos para a municipalidade fundo a fundo e o respeito que se tem nos três níveis do governo, conferindo mais dignidade à população brasileira.

Hoje, boa parte dos municípios têm capacidade de investir com recursos próprios, inclusive as capitais e, principalmente, todas as capitais nordestinas que dependem dos recursos do governo estadual e do governo federal para bem

administrar essas cidades.

Aqui na Bahia não é diferente. O PT, ao contrário do que aconteceu no passado recente, não discrimina os detentores das gestões que hoje estão cumprindo o seu mandato. O PT dá o exemplo da relação republicana que, hoje, preside o Estado brasileiro; que hoje é marca de um governo. O PT e seus aliados atendem, através dos gestores locais, inclusive o de Salvador, à população sem discriminar, independente dos matizes ideológicos, independente da cor partidária, demonstrando que é possível, num ato de republicanismo, mudar o curso da história e operar a política como alavanca de um processo de bem-estar. Portanto, é dessa maneira que não nos cansaremos de vir a este púlpito, nesta tribuna colocar que referendamos esse processo alternativo de mudança de prioridade na ação do serviço público, na ação da gestão pública. É por isso que na Assembleia terá lugar o grito de vocês, porque, hoje, no Brasil, o PT e os seus aliados estão mudando a relação da política pública com a maioria do povo brasileiro. Essa é a grande diferença. (Palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Elmar Nascimento pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ELMAR NASCIMENTO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, o Líder do Governo, depois da fragorosa derrota que sofreu na ocasião da votação da PEC de antecipação dos *royalties* e da bronca que tomou da Casa Civil, parece que está num desequilíbrio total. Ele retoma o discurso de herança maldita, depois de 7 anos no governo, que ninguém mais acolhe. Ele faz muito pior do que isso, meu caro Capitão Tadeu, quando afronta o próprio Parlamento, apoiado pela assinatura de vários dos deputados da sua Bancada. Querem criar, aqui, meu caro deputado Targino Machado, o instituto do meio deputado, desmoralizando o Parlamento. Um projeto de resolução de mudança do Regimento para que um simples requerimento de destaque de uma votação precise de 32 assinaturas. Isso significa dizer que a Oposição não poderá entrar mais com requerimentos, porque com o destaque propriamente dito serão necessárias 21 assinaturas. Apenas para o requerimento, a partir da proposição do governo achando que vai ser governo eternamente, serão necessárias 32 assinaturas.

Esse absurdo eu sei que não vai ocorrer, deputado Gaban, porque contamos com a palavra do presidente da Assembleia. Até porque o único pleito que a Oposição fez ao deputado Marcelo Nilo para apoiá-lo à Presidência da Assembleia – e sei que é um parlamentar que honra a sua história de 16 anos de deputado na Oposição, que sabe o que é ser deputado da Oposição –, foi de que, enquanto ele fosse presidente desta Casa, nenhuma medida que viesse a restringir o direito do exercício parlamentar da Minoria teria seu apoio nem passaria por esta Casa.

Foi o único compromisso que a nossa Bancada exigiu do deputado Marcelo Nilo para que tivesse o nosso apoio. E eu sei que ele é um homem de palavra. E não é só ser de palavra, mas é de formação, porque sabe o que é ser deputado da Oposição.

Alegar para isso, deputado Targino, de que nós iríamos entrar com 50 mil destaques para impedir completamente a votação do Orçamento?! Nós nunca fizemos nenhum ato nesta Casa irrazoável, não somos irrazoáveis. Que se negociasse – isso poderia ser resolvido com um simples acordo de Bancadas – para que cada deputado

pudesse apresentar, se quisesse, três ou quatro destaques. Isso seria uma coisa totalmente factível. Mas tentar o rolo compressor para impedir a nossa Bancada de ter o direito ao legítimo exercício parlamentar, isso não é legal nem justo e não terá a nossa aquiescência.

A resposta será, meu caro Líder do governo, a maior obstrução que esta Casa já viu. E a responsabilidade é da truculência do Líder do governo. Não vai votar primeiro turno, hoje, não vai conseguir votar amanhã, porque não vamos deixar, porque é a resposta que vamos dar a esse tipo de truculência.

E o prejudicado depois é o governo, porque não vai abrir o Orçamento, não vai encerrar este período legislativo, não vai poder mandar a PEC. E não adianta mais, deputado Zé Neto, porque é irrecuperável a derrota que V.Ex^{as} tiveram. Não adianta jogar para a imprensa e dizer que vai entrar em março. Sabe por quê? Nós tivemos aqui, deputado Gaban, um projeto simples de autorização de antecipação de receita, de se contrair um empréstimo junto ao Banco do Brasil, e naquela pressa deles de não passar pelas comissões, não incluíram a Infraestrutura, apenas para ser aprovado no Senado Federal.

Posteriormente, a Secretaria do Tesouro, para poder assinar com o Banco, levou 1 ano e tiveram de pedir a modificação. O que significa dizer que essa PEC ainda levará algum tempo para ser aprovada aqui, ou seja, só vai servir, no futuro, ao nosso governo. Mas aí vai ser com as nossas condições, porque não temos interesse de meter mão no dinheiro de antecipação do petróleo para viabilizar um governo perdulário, que gasta mal, que cria um monte de secretarias.

E está aí o arranjo político que o governador está fazendo pensando apenas em política, nunca na administração do Estado. O governo Wagner acabou quando ele antecipou a sucessão com 1 ano de antecedência, e assim não administra mais. O chefe da Casa Civil, que deveria estar a gerir os programas do Estado, hoje trata da sua vida pessoal e da política. Sobre a segurança pública, nós temos a noite toda, hoje, para falar, para mostrar quanto o índice de homicídios cresceu neste governo. Para mostrar que em nosso governo não havia mais assaltos a bancos, e agora são cinco assaltos a bancos por dia; para mostrar que a Bahia, hoje, é o Estado mais inseguro do Brasil por conta da incompetência, da falta de prioridade à segurança pública desse governo, cujo investimento destinado pelo Orçamento para a segurança é menor do que o da propaganda.

Mas vamos lá. Em resposta à truculência do governo, vamos responder com uma obstrução cerrada nesta Casa.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Bruno Reis. **O Sr. BRUNO REIS:-** Sr. Presidente, nobres deputados e deputadas, senhores presentes às Galerias, os que nos assistem e nos ouvem através da *TV Assembleia*. É uma pena, depois do ataque de histeria, depois da bravata, até do chilique dado pelo Líder do governo nesta tribuna, que ele não esteja na Casa para ouvir o nosso pronunciamento.

Os dados que o nobre deputado João Carlos Bacelar trouxe a esta tribuna não são dados nossos, não são invenções da nossa cabeça. São os dados oficiais do governo: 22 homicídios no final de semana. Nós não estamos aqui fazendo um papel

de oposição, nós estamos chamando a atenção da sociedade para os dados alarmantes da segurança pública. Quando nós viemos à tribuna desta Casa, Sr. Presidente, para dizer que morreram nestes 7 anos, 30 mil pessoas na Bahia, que nestes 7 anos morreram mais pessoas do que nos últimos 26 anos na Bahia. Esses dados não são nossos. Esses dados são do Instituto Sangari. Quando nós viemos à tribuna desta Casa para dizer que o número de homicídios na Bahia aumentou em 200%, que morre uma média de 1 pessoa em 4 horas, não é invenção da nossa cabeça. São os dados oficiais do Instituto Sangari.

Ora, ora, contra dados não há argumentos. Vir falar de viatura, vir falar de remuneração de policiais, vir falar de investimentos em área da segurança, só para quem não tem acesso aos dados. Todos nós sabemos que no Estado da Bahia se gasta mais com publicidade e propaganda do que com segurança. Segurança não é prioridade desse governo e nunca foi. Se fosse, o Estado da Bahia não estaria na situação em que se encontra, de Estado mais violento do País. Ainda ontem o ator Marcos Palmeira foi assaltado em Ipororó, aí o ladrão se arrependeu e devolveu o que roubou. Aqui, hoje, as pessoas ficam à mercê dos bandidos, porque falta atitude. O que falta a esse governo é comando, é investir em inteligência, é remunerar melhor o policial. Esqueceram da traumática greve do ano de 2012? Essa jamais sairá da memória dos baianos!

Então, Sr. Presidente, vir o Líder do governo gritar, esparafuscar, não irá resolver o problema. Querer culpar o passado?! Sete anos do governo Wagner, aí vem culpar pela política de segurança o governo passado?! É incompetência, é falta de capacidade administrativa, até porque nos governos anteriores os índices de segurança não eram tão alarmantes.

O que falta ao Líder e a esse governo é governar, porque Pernambuco reduz ano a ano, significativamente, os índices de segurança? Porque se de um lado há investimento, do outro o governador acompanha a política de segurança mês a mês, todo mês se reúne, faz avaliação do Programa Pacto pela Vida. Eu quero que tragam aqui uma fotografia de alguma reunião que Wagner presidiu no programa Pacto pela Vida. A única que tem foi no dia do lançamento do programa.

O gado, minhas amigas e meus amigos, só engorda, nobre deputado Euclides Fernandes, com o olho do dono. E o que falta aqui, nobre presidente, é o governador, efetivamente, sentar na cadeira e governar. Se sete anos foram perdidos ainda resta um para ele tentar mudar o rumo da política de segurança do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, quero saudar o meu amigo Paulo Azi que está aniversariando nesta data. Não sei se ele convidou todos para a festa ou se o convite foi particular a minha pessoa.

Parabéns, deputado Paulo Azi.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Grande Expediente. (Pausa)

Não há orador inscrito.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, hoje nós temos a expectativa de começarmos a discutir o orçamento, estamos aqui reunidos para começar a discutir o orçamento, porque uma coisa é o discurso da Bancada do Partido dos Trabalhadores, outra, bastante diversa, é a prática do Partido dos Trabalhadores.

O Partido dos Trabalhadores fala, através das suas lideranças, que fortalece o Legislativo, que quer o debate, que quer a democracia. Estamos votando o orçamento, que é a peça mais importante que o Legislativo examina, sem nunca ter sido discutido. O orçamento passou nesta Casa e está passando nesta Casa sem um deputado, sequer, examinar o orçamento e ter a oportunidade de discutir quais são as políticas do governo para a Bahia. Segunda prova da prática da Bancada do PT e da distância que vai da prática para o discurso, é que o Líder do Governo na Assembleia, apresenta hoje um projeto de resolução que tem o único objetivo, calar a Oposição. Um absurdo! A Bancada do Governo está a exigir que para se apresentar um destaque a uma emenda precisa da assinatura de 32 deputados. Isso é uma vergonha!

Está provado aí a vontade, do ponto de vista ideológico da Bancada do Partido dos Trabalhadores, da mexicanização desse País, do partido único. Querem calar a Oposição de qualquer jeito, alterar o regimento da Casa, para exigir que um pedido de destaque precise da assinatura da maioria absoluta dos deputados. Trinta e dois deputados para se apresentar um pedido de destaque.

Isso, deputado Gaban, não afeta apenas Bancada de Oposição não, afeta a essência do Legislativo. E o respeito que o Partido dos Trabalhadores tem para com o Legislativo está aqui, hoje, comprovado nessas duas atitudes. Pela primeira vez votar um orçamento que não foi discutido nas comissões, que não foi discutido com a sociedade. Para chegar ao governo, falavam tanto em orçamento participativo e a primeira coisa que fazem é passar por cima do Orçamento sem nenhum respeito ao Legislativo e ao planejamento.

Esta Casa, Sr. Presidente, tem sido impedida pelo governo de exercer o seu papel. Nada se discute nas comissões, elas não funcionam do ponto de vista da apreciação das matérias. E agora o Líder do governo fala, e é o pensamento do governo, é o pensamento do governador, em exigir que um simples pedido de destaque precise de 32 assinaturas. É acabar com a Oposição no Legislativo!

Por isso, Sr. Presidente, revoltado com essa atitude da Bancada do Partido dos Trabalhadores, mais especificamente do Líder do governo, precisamos de deputados suficientes no Plenário para que ouçamos de S. Ex^{as} se é assim que eles querem que funcione o Poder Legislativo da Bahia. Por isso, solicito a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido presidente, quero, neste momento, saudar o deputado Paulo Azi pelo seu aniversário hoje.

Deputado João Carlos Bacelar, não sei se por ignorância ou por falta de

argumentos, V.Ex^a acusa a Bancada do Partido dos Trabalhadores e eu, como Líder da Bancada, quero me posicionar. Primeiro, porque a Bancada do Partido dos Trabalhadores tem se posicionado nesta Casa de forma a garantir que o Parlamento funcione dentro do seu regramento e dentro das condições que um Parlamento sério possa funcionar. Não cabe a V.Ex^a fazer juízo de valor do Partido dos Trabalhadores. Não é V.Ex^a a pessoa mais adequada para falar de moralidade aqui nesta Casa; que acusa o Partido dos Trabalhadores de fazer um processo de execução única da mexicanização da política, como acabou de dizer aqui. Não é V.Ex^a a pessoa mais adequada para acusar o nosso governo de governo autoritário ou governo corrupto. Não é V.Ex^a a pessoa mais adequada para fazer isso aqui, porque nós não tivemos as nossas contas rejeitadas como teve o governo de V.Ex^a. Não somos nós aqui que estamos sendo acusados e respondendo a isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faço um apelo, isso não é questão de ordem. Deputado, cheguei aqui agora, não estava no início, mas isso não é questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, me perdoe, sou uma pessoa extremamente tranquila, mas não venha acusar a Bancada do Partido dos Trabalhadores, porque eu, como Líder da Bancada, não aceito essas acusações. Primeiro, V.Ex^{as} passam o tempo inteiro, e eu respeito, fazendo acusações ao nosso governo, inclusive utilizando adjetivos e personalização, coisa que nunca fiz aqui e nem deixei que o Partido dos Trabalhadores fizesse, do ponto de vista personalizado. Agora, não posso admitir essa questão aqui.

Por isso faço essa questão de ordem e peço a V.Ex^a, presidente, que interfira nessa questão para que não aconteçam acusações e colocações nesse formato. Meu querido deputado João Carlos, acho que precisamos fazer esse debate de forma madura, não pode ser dessa forma como V.Ex^a puxou, porque talvez não seja a pessoa mais adequada para fazer o debate da moralidade.

Por isso, quero chamar os deputados e as deputadas que estão no cafezinho, em todos os locais para que pudéssemos dar quórum a esta sessão e abrir esse debate puxado pelo deputado João Carlos Bacelar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Alguém pediu verificação de quórum? O deputado João Carlos pediu, tudo bem. Deputado João Carlos, V.Ex^a pediu questão de ordem? Pediu para derrubar a sessão, foi isso? Só para eu entender.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Confio na palavra de V.Ex^a, pediu questão de ordem para a continuidade da presente sessão. Zere o painel...

O Sr. Elmar Nascimento:- Não pediu para zerar o painel, não.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Ele pediu questão de ordem e eu concordei dentro do Regimento Interno.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- (O Sr. Presidente procede à contagem) Quatro, sete, nove, onze, doze, treze, catorze, quinze, dezesseis, dezessete, dezoito...

O Sr. Elmar Nascimento:- Não, Presidente. Não existe isso, Presidente, tem que marcar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tem que marcar? Eu quero marcar, mas V.Ex^a disse que ele não pediu.

O Sr. Elmar Nascimento:- Ninguém pediu que fossem dados os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas é obrigado, é regimental aqui. Então, zerem o painel e marquem os 15 minutos. É regimental, sou obrigado, mesmo que ninguém peça.

Os Srs. Deputados que queiram a continuidade da presente sessão, marquem as suas presenças.

Gostaria de fazer um apelo aos Srs. Deputados. Não vou aqui entrar no mérito, respeito a posição de cada parlamentar. Numa questão de ordem não é adequado a pessoa estar acusando ou se defendendo. O deputado pode utilizar a tribuna, porque questão de ordem é para dirimir dúvidas do Regimento.

Faço um apelo. Não estou entrando no mérito, não estava aqui, são dois grandes parlamentares que merecem ser respeitados, não ouvi a posição de nenhum, não estava aqui presente, mas faço um apelo aos Srs. Deputados: vamos manter o alto nível. Se V.Ex^a quer acusar o governo ou quer acusar qualquer deputado, a tribuna desta Casa é o lugar mais apropriado, mas não numa questão de ordem, exceto quando a questão de ordem é nos 15 minutos, aí tudo bem, é como se estivesse utilizando a tribuna.

Zerem o painel, marquem os 15 minutos.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado João Carlos Bacelar. Faço um apelo, não vou entrar aqui no mérito, vamos manter o equilíbrio.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, infelizmente, V.Ex^a não estava no Plenário. Fiz uma questão de ordem questionando duas atitudes da liderança do governo: a apresentação de um projeto de resolução que cala a Oposição na Assembleia, um projeto de resolução que tenta acabar com a Oposição na Assembleia, que exige 32 assinaturas para apresentar o requerimento de destaque. Falei da questão da discussão aqui do orçamento que passa nesta Casa sem discussão. Não adjectivei e nem aqui ataquei a honra de ninguém. Agora, o deputado Rosemberg Pinto não é o meu sensor e nem é quem vai pautar a minha atuação na Assembleia. Nunca estive envolvido com falcatruas na Petrobras, nunca estive envolvido com mensaleiros e nunca tive contas desaprovadas. O deputado Rosemberg não vai calar a minha voz nesta Casa, nem ele nem ninguém. Quem julga o meu mandato é o eleitor, é o povo da Bahia e não o deputado Rosemberg Pinto, que eu saiba não tem essa função na Casa, e não venha o deputado fugir ao debate, porque argumentos não teve, estão aqui assinaturas de diversos deputados do Partido dos Trabalhadores querendo calar a Oposição.

Estão aqui as assinaturas de diversos parlamentares do Partido dos Trabalhadores, que se aprovado levaria à mexicanização, aqui, da política.

Agora, fugir do debate e querer desqualificar o oponente? Ah, para cima de mim, não! Não vão calar a minha boca!

Eu nunca vi, deputado Rosemberg Pinto, tratar aqui de mensaleiros. Nunca tratei, aqui, da venda da refinaria da Petrobras nos Estrados Unidos. Este, sim, é um caso que precisa ser explicado por se tratar de bilhões e bilhões de reais.

Tenho procurado não seguir esse caminho.

Agora, se o deputado Rosemberg Pinto quiser insistir em ir por esse caminho, nós vamos também.

O meu discurso, aqui, foi em cima de teses e de uma posição ideológica. Não é

possível, para uma pessoa dita democrata, querer 32 assinaturas para apresentar uma simples emenda de destaque!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, antes de conceder a próxima questão de ordem, quero fazer um apelo aos meus queridos amigos, quais sejam, deputados Rosemberg Pinto e João Carlos Bacelar.

Por favor, vamos manter o alto nível. Faço um apelo. Gostei que V.Ex^{as} se abraçaram e confraternizaram-se agora. Nesta Casa, cada um tem sua opinião política, cada um defende a sua tese e o seu pensamento. Agora, não vamos agredir os colegas, independente da conotação partidária. Faço um apelo.

João Carlos Bacelar, sempre, foi um deputado muito gentil. E o deputado Rosemberg Pinto dispensa comentário.

Então, faço um apelo, por favor. Desci para assumir a Presidência dos Trabalhos, porque tenho um apreço muito grande por V.Ex^{as}.

Falo para ambos os lados. Não se pode começar o ataque pessoal, porque isso não contribui para o Parlamento. Vamos criticar, elogiar, sugerir, mas nada que ultrapasse os limites do debate parlamentar. Fico feliz por V.Ex^{as} reconhecerem que não compensa.

A Casa é plural, pois há pessoas que defendem teses. Então, não vamos entrar no jogo político de ofensas pessoais, porque não contribui para o Parlamento baiano.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu amigo Targino Machado. Espero que V.Ex^a me ajude, contribuindo com os meus argumentos.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, não aceito a censura prévia utilizada por V.Ex^a. (Risos) V.Ex^a costuma falar sério, sorrindo. Isso é um perigo!

Quero dizer que V.Ex^a, também, é meu dileto e fraterno amigo, pois convivemos, eu e V.Ex^a, durante muitos anos. Nós e tantos outros parlamentares desta Casa, deputado Gaban, vivemos momentos, absolutamente, distintos neste Parlamento. Nós chegamos aqui em 1995 e, à época, já encontramos o deputado Marcelo Nilo como timoneiro da Oposição. Houve muitas situações de enfrentamentos nas quais eu e o deputado Marcelo Nilo nos encontrávamos em posições distintas como a de V.Ex^a e a de tantos outros deputados desta Casa como os deputados Jurandy Oliveira, Reinaldo Braga e tantos outros. Foram momentos muito tensos à beira da truculência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só peço que conclua, por favor.

O Sr. Targino Machado:- Assisti, aqui, a momentos que eu achava que, jamais, seriam repetidos.

Mas eu quero dizer, deputado Marcelo Nilo, que V.Ex^a é o depositário da responsabilidade e, ao mesmo tempo, o guardião do Regimento desta Casa.

Não é porque V.Ex^a assumiu o compromisso com as Oposições que não aceitaria essas mudanças no Regimento Interno da Casa enquanto presidente fosse. Mas, sobretudo e sobremaneira, V.Ex^a há de pesar sobre os seus ombros a responsabilidade de ser o guardião do Regimento e da democracia nesta Casa, porque o Regimento da Casa não é para proteger as majorias. O Regimento e as leis servem, sobremaneira, para proteger as minorias que precisam de proteção. E o que se quer e se deseja fazer aqui, hoje, com o aval e a autoria do Líder do governo...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, por favor.

O Sr. Targino Machado:- Concluo, Sr. Presidente.

(...) é algo que nem aquele que foi meu algoz de sempre, o ex-senador, o ex-governador Antonio Carlos Magalhães, nunca teve coragem de fazer.

Eu e o deputado Zé Neto já criticamos tanto o governador Antonio Carlos Magalhães. Agora, vire-se para trás, deputado Zé Neto, e apague da história de V.Ex^a as críticas que encetou e dirigiu ao Sr. Antonio Carlos Magalhães. E peça desculpas à história da Bahia na memória dele, porque o seu chicote, o chicote que utiliza V.Ex^a e quer utilizar contra o Parlamento, está doendo muito mais nas feridas que o chicote que Antônio Carlos produziu nas minhas costas...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por favor, deputado.

O Sr. Targino Machado:- Concluo, Sr. Presidente, dizendo a V.Ex^a, rogando mesmo ao deputado Marcelo Nilo, em nome da história de V.Ex^a, proteja a democracia, proteja o Parlamento. V.Ex^a não é o presidente de governo ou de Oposição, V.Ex^a é presidente desta Casa. E esta Casa pede socorro. O Parlamento pede socorro neste momento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já há quórum, mas o deputado Elmar Nascimento pede uma questão de ordem.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, fomos surpreendidos, hoje, pelo *Diário Oficial* com a publicação de um projeto de resolução nº 2.240/2014, de autoria do Líder do governo, com assinatura de vários deputados da Bancada do governo. É um projeto que propõe alteração ao art. 191 do Regimento Interno da Casa, dizendo que um requerimento de destaque de emenda só pode ser apresentado quando subscrito pela maioria absoluta, ou seja, 32 Srs. Deputados desta Casa. O texto atual, que o deputado Zé Neto tenta mudar, dispõe que o pedido de requerimento pode ser feito por qualquer deputado. E ele está automaticamente aprovado se estiver subscrito por 21 Srs. Deputados, aliás, como funciona em qualquer Parlamento.

Entendemos isso como gesto de absoluta truculência e chantagem, com o qual a Oposição não compactuará. V.Ex^a, nesta Casa, é um deputado exemplar, sobretudo porque ocupou 16 anos a Oposição e conhece mais do que ninguém o que é ser deputado da Oposição e a necessidade de se socorrer de regimentos para que a Maioria não possa impor a sua vontade modificando a regra do jogo todos os dias, todas as horas e em todos os momentos.

E mais surpreendidos ainda estamos porque existia e sempre existiu nesta Casa uma Comissão de Regimento Interno, constituída na sua maioria por deputados do governo, presidida por deputados do governo, para fazer alterações regimentais. Sempre tivemos o compromisso de V.Ex^a e de todos de só haver alteração no Regimento quando fosse por acordo. Fomos mais surpreendidos ainda, presidente, quando foi lido, no início desta sessão, um requerimento de convocação de uma sessão extraordinária para votar com urgência esse projeto de resolução.

Por tudo isso, Sr. Presidente, temos o clima que V.Ex^a percebe neste momento nesta Casa. Com a ponderação que V.Ex^a tem, invoco o poder de magistrado que tem o presidente da Assembleia Legislativa desta Casa, a experiência que V.Ex^a tem, para propor a suspensão desta sessão neste momento. Que V.Ex^a convoque os Líderes para uma reunião no gabinete da Presidência, porque acho que a boa razão há de

prevalecer nesta Casa para que esse tipo de truculência não seja tentada, porque denigre o Parlamento e leva a acontecer esse tipo de clima na sessão.

Proponho a V.Ex^a que consulte o Líder do governo para que possamos suspender essa sessão e que isso seja enterrado de forma definitiva.

Ontem, na reunião da minha Bancada defendi o diálogo. Sempre deve haver o diálogo até quando não se chega no assunto. Não podemos refugar o diálogo quando não sabemos sequer o que será proposto. Agora, com uma atitude dessa não há nenhum tipo de disposição para a discussão. Portanto peço a interferência de V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro gostaria de dizer aos Srs. Deputados que sou presidente de todos. Estou há 23 nesta Casa e ninguém – sem nenhuma crítica ao presidentes do passado, como o meu querido amigo Gaban e Clóvis – deu as condições estruturais que os deputados de Oposição têm hoje para que possam exercer os seus papéis. Eu tenho a obrigação, o dever de manter os direitos da Minoria. Mas, também, tenho a obrigação e o dever de manter os direitos da Maioria.

Quero dizer a V.Ex^a que sou, apenas, o presidente. Não sou o homem que decide por 32 deputados. Eu proponho que o deputado Zé Neto vote a sua urgência – não posso fazer esse apelo porque ele já publicou – e que não votemos, hoje, o orçamento em primeiro turno. Eu convoco os Líderes Partidários para uma reunião, amanhã em meu gabinete às 11h para que V.Ex^{as} cheguem a um acordo.

Vejam bem, estou convidando os Líderes Partidários para uma reunião amanhã às 11h em meu gabinete. Peço que não votem o orçamento hoje, em primeiro turno. Peço! Não estou dizendo que não votem. Eu tenho o direito de preservar as minorias, mas também sou obrigado a preservar as maiorias.

É inaceitável, inacreditável e impossível votar 54 mil destaques. Sou o único deputado na história da Bahia que ficou 16 anos e nunca utilizei esse argumento de se votar 54 mil destaques. Nunca utilizei. A deputada Moema Gramacho uma vez apresentou aqui 10 mil destaques, querendo votar destaque por destaque e eu, particularmente, fui contra, porque é humanamente impossível votar 54 mil destaques. Então o que eu defendo é que V.Ex^{as} cheguem a um acordo.

Não vou pedir ao deputado Zé Neto que não vote a urgência. Vota-se a urgência e faço um apelo para que não se vote o orçamento hoje, para que V.Ex^{as} cheguem a um acordo. Agora, cada um no seu lugar com respeito mútuo entre a Minoria e a Maioria. Imaginemos nós, deputado Elmar Nascimento, V.Ex^a que é um deputado de bom senso, um único deputado apresentar 500 mil destaques e se votar 500 mil vezes. É humanamente impossível. Então o meu apelo é para que V.Ex^{as} cheguem a um acordo. Não estou defendendo. Não sou presidente para defender acordo A ou acordo B. Faço um pedido para que se vote a urgência. Os deputados da Maioria até agora não estão fazendo nada de anti-regimental. Vota-se a urgência. V.Ex^{as} têm até segunda-feira, terça-feira. Eu convido os deputados que queiram estar presentes para uma reunião, amanhã em meu gabinete, e faço um apelo a V.Ex^{as}! Nós só temos, praticamente, o orçamento para votar. Pelo que estou sabendo não há mais nada de urgente, urgentíssimo, de vida ou morte para o governo que seja necessário votar hoje.

Então eu não vou pedir que retire, porque ele já apresentou. Peço que se vote a urgência e não se vote o orçamento hoje. Reforço o convite aos Líderes e deputados

para uma reunião amanhã, no Salão Nobre, para que V.Ex^as cheguem a um acordo. O orçamento, aqui nesta Casa, sempre foi votado por acordo.

Agora, imaginemos nós, 54 mil destaques serem votados 54 mil vezes. É humanamente impossível. Aí é desrespeitar também o direito da Maioria.

O Sr. Elmar Nascimento:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Zé Neto:- Eu pedi pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu darei uma questão de ordem a V.Ex^a depois.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, estou nesta Casa em meu terceiro mandato e nunca presenciei uma apresentação de uma quantidade irrazoável dessa de emendas. No primeiro ano a Oposição era liderada pelo deputado Reinaldo Braga; no ano seguinte pelo deputado Paulo Azi, e do terceiro ano em diante eu recebi essa missão, que me foi dada pela confiança dos meus companheiros. E a minha conduta na Liderança da Oposição não permite nada ao governo para que ele venha a pressupor que eu fosse cometer uma irrazoabilidade dessa: apresentar 50 mil emendas. Isso não existe. Não sei da cabeça de quem surgiu que eu poderia fazer esse tipo de coisa. Vai-se fazer algum tipo de destaque para que seja dada prioridade a investimentos na Segurança Pública ou na Saúde. É normal, e numa quantidade... Mas vir com um absurdo para poder contraditar isso!

Deputado Zé Neto, apresente logo, então, um projeto de resolução dizendo que para abrir a sessão precisa de 32 Srs. Deputados. Aí, a Minoria sequer poderá fazer uma sessão nesta Casa. Porque não se responde a uma ilação de que pode vir um absurdo com uma proposta absurda dessa!

Talvez eu tenha feito errado ao me dirigir a V.Ex^a, mas pedi a V.Ex^a apenas para arbitrar, mas me dirigi ao Líder do governo. Sabe que, ao longo de 1 ano, tenho ajudado o governo aqui, nesta Casa. Várias vezes fizemos vários acordos. Não tenho culpa do governo não ter conseguido colocar 38 deputados na Casa para votar uma Proposta de Emenda Constitucional de seu interesse. Foi a única vez que o governo perdeu. De resto, temos votado até a favor dos projetos do governo. Todas as propostas de empréstimos, até hoje, sob a minha liderança, a liderança de Paulo Azi e a de Reinaldo Braga, nós votamos favoravelmente, pela aprovação. Então não existe nada que leve à suposição de que isso poderia ocorrer.

Agora, se o Líder do governo, meu caro amigo Zé Neto, insistir em votar hoje essa urgência, eu não sento para conversar, a nossa Bancada não senta para dialogar mais nada. Aí, vamos usar todos os recursos possíveis, e impossíveis, de obstrução nesta Casa, que não sejam da Direita. Aí, sim, vai ser o momento, de cobrarmos de V.Ex^a a sua história, mas se for necessário. Porque espero que o bom-senso, a razão venha...

Sr. Presidente, era somente se dirigir a V.Ex^a, se não quisesse se dirigir a mim, para o que nunca teve dificuldade, e pedir uma reunião para estabelecer um parâmetro de votação da questão. A única coisa que não concordo, o único acordo que não permito que se faça, em hipótese alguma, é sobre o quórum, porque quem tem obrigação de dar quórum é o governo. Fora isso, qualquer outra coisa eu sempre negocie quando V.Ex^a ou o Líder do governo pediram.

Agora, dirijo-me aos deputados que são liderados do deputado Zé Neto: isso é uma afronta à Casa – V.Ex^{as} não serão eternamente deputados do governo, não. Governo passa, a Casa fica – exigir para um simples requerimento 32 assinaturas! Não é para o próprio destaque, é para um simples requerimento.

Deputado Euclides, que foi vereador antes de ser deputado, e é um deputado experiente, isso tudo depõe contra a Casa.

Sr. Presidente, acho que V.Ex^a tem a obrigação de chamar todos os Líderes e tentar um acordo, porque isso vai contra a história de V.Ex^a. Daqui a pouco vão apresentar uma proposta de mudança do Regimento em que se precise de 32 Srs. Deputados para abrir a sessão, vão apresentar uma Proposta de Emenda Constitucional para que sejam precisos 32 Srs. Deputados para abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito, e nós só temos 18. Coisa muito mais grave, que é uma CPI, só precisa de 21 Srs. Deputados. Quer dizer, um requerimento para uma CPI, que é uma coisa muito mais grave e com uma consequência muito maior, por questão constitucional – é o princípio da simetria –, eu só preciso de 21 assinaturas, mas vou precisar de 32 assinaturas para um simples destaque! Para submeter um nome a ser submetido a esta Casa e votado para ser conselheiro de um Tribunal de Contas eu preciso de uma liderança partidária ou de 21 assinaturas, e para votar um requerimento vou precisar de 32 por uma questão de momento, porque o governo não está conseguindo se articular politicamente. Não se responde com um absurdo desse.

Por isso, deputado Zé Neto, peço bom-senso a V.Ex^a. E a decisão sobre os rumos que as coisas vão tomar nesta Casa...

Cheguei com a cabeça tranquila. Nem participei da vitória, não pude comemorar. Não foi nem vitória nossa, foi derrota do governo, que não se articulou em relação à questão da PEC.

Proponho a V.Ex^a que volte à razão e retire esse requerimento de urgência, porque a continuar isso, encerra-se qualquer tipo de diálogo. Aí, nós vamos às últimas consequências para evitar essa afronta ao Poder Legislativo.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É a última questão de ordem sobre esse assunto, por favor.

Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero esclarecer que o nosso atraso se deu em função...

Primeiro, quem propôs a emenda dos *royalties* foi a própria Oposição. Nós aceitamos, encaminhamos e ainda articulamos para que o relator fosse um membro da Oposição, o deputado Gaban. Não cheguei a votar na Comissão de Constituição e Justiça porque havia ligado para os deputados Gaban e Elmar e naquele dia o deputado Gaban tinha uma ocorrência pessoal. Obviamente eu respeitei, como ele sabe que sou aqui muito respeitador das questões pessoais de todos os deputados, independentemente de ser do governo ou não.

Tiramos e perdemos o prazo de votação na Comissão de Constituição e Justiça. Ficamos certos de votarmos no Plenário, pois já havia uma combinação. Adiante, desencaminhou-se o acordo. Nós vimos daí por diante todo um atraso na votação do Orçamento em função das tentativas de chegarmos a um acordo na questão dos *royalties*. Na noite em que não conseguimos alcançar os 38 deputados, uma hora

antes partiu uma emenda de relator do deputado Bruno Reis, assinada por 27 deputados e 9 de oposição, e com o vencimento total de tudo que tínhamos a fazer naquela Emenda Constitucional em que qualquer receita proveniente de antecipação de *royalties* será exclusiva para a capitalização de Fundos de Previdência. Ainda assim não chegamos a um acordo.

O deputado Elmar dizia que, se chegássemos a um milhão de reais na questão das emendas impositivas, faríamos o acordo. Aqui nós avançamos, discutimos as emendas impositivas e chegamos onde se queria no passado, mas mesmo assim não houve acordo. Nós estamos sendo levados e pautados pela Oposição. Essa é a mais pura verdade. Chegamos a uma situação em que agora não está mais em risco o interesse da Oposição ou do governo, mas sim os interesses maiores do Estado da Bahia. Estamos correndo esse risco com estas situações todas que foram criadas pela própria Oposição, mas não há como ela reclamar um milímetro da nossa capacidade e da nossa coerência nos diálogos, pois todo o tempo fizemos diálogos.

Um dos projetos mais importantes do ano passado aqui foi de autoria do deputado Elmar Nascimento, a Lei da Ficha Limpa. O Líder da Minoria sabe quanto trabalhamos para que ele fosse o autor, e chegamos onde chegamos por unanimidade.

Portanto, esta Liderança, esta Bancada está muito ciente de qual é o seu papel. Ora, a esta altura dizerem “Ah, nós temos um requisito do Regimento!” Claro que pode invisibilizar a liderança do Estado, o recebimento de salários. Enfim, pode inviabilizar toda a situação orçamentária do povo da Bahia.

Desculpe-me, deputado Elmar, mas nós não temos neste momento condição nenhuma de sentar antes mesmo com V.Ex^a. Até tenho dito que teríamos sentado se o senhor estivesse aqui na condução da sua Liderança e não tivéssemos tanta fogueira de vaidades, tantas situações que infelizmente acabaram comprometendo a possibilidade de um acordo sereno, com o qual nós todos ganharíamos nesta Casa.

E nunca como oposição - o deputado Marcelo Nilo aqui foi oposição, como eu também fui - inviabilizamos o Orçamento do Estado, porque aí não é uma briga de governo. Aí, é uma briga que interfere nos destinos mais sublimes do povo baiano. Nós nunca chegamos a impossibilitar a governança. E hoje, deputado Elmar, V.Ex^a talvez não tenha conhecimento de como está, infelizmente, o nível de relacionamento nosso com aqueles que o senhor deixou no comando da sua Bancada.

E outra: isto num momento em que o governo Jaques Wagner não merece esse comportamento da Oposição, porque estamos tratando com toda a dignidade e todo o respeito os prefeitos oposicionistas. V.Ex^{as} de nós não tiveram nenhuma situação que não fosse de busca e entendimento. E com V.Ex^a eu me disponho... Peço-lhe o seguinte agora: votar ou não votar a urgência, neste instante, para nós é tela de toque. Podemos sentar amanhã ou daqui a pouco, mas não vamos abrir mão de votar o Regimento. Podemos até pensar em conversar com o senhor sobre a possibilidade de posicionarmos a questão da urgência e, até por formato, do que nela está posto. Porém antes votaremos a nossa própria urgência. Vamos botar a nossa Bancada para votar. E felizmente, depois de termos passado as agruras que passamos, agora já não podemos mais avançar, deputado Elmar, no...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem...

O Sr. Zé Neto:- (...) sentido de criar qualquer possibilidade de comprometer a

governança no Estado do ponto de vista orçamentário.

Então quero dizer-lhe que posso até conversar com V.Ex^a, mas hoje nós votaremos a urgência. E podemos sentar e seguir um roteiro de conversas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Mário Negromonte Júnior. Depois o deputado Bruno Reis.

Por favor, não vou conceder mais questão de ordem.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, serei bastante rápido. Além do projeto do Orçamento que nós temos de votar, que é de suma importância, temos o projeto anticalote, que já está na pauta há diversas semanas. Faço um apelo, Sr. Presidente, em nome dos trabalhadores terceirizados das empresas que prestam serviço ao governo do Estado, para que possamos votar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com relação ao projeto anticalote, salvo engano meu, o deputado Gaban, que estava falando na hora, informou que votaria hoje. O deputado Zé Neto já quer votar. Eu pergunto ao deputado Elmar se pode votar, porque depende do acordo.

O Sr. Elmar Nascimento:- Está tudo na mão do Líder do governo. Se ele insistir em votar a urgência para mudar o Regimento desta Casa, não há diálogo para votar nem Título de Cidadão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem.

Deputado Bruno Reis, o senhor é o último orador sobre esse assunto.

O Sr. Bruno Reis:-Sr. Presidente, o Líder Zé Neto, a partir da boa vontade da Oposição, que havia sugerido que se poderiam utilizar os recursos do *royalties* para o Funprev, queria dar um golpe nesta Casa. Queria, após a nossa boa vontade para aprovar aquela PEC, enviar a esta Casa uma lei autorizativa para vender a receita da Bahia pelos próximos 5 anos. Nós sabíamos disso antes da votação da PEC, quando o governo do Estado passou a fazer cotações nos bancos.

Quando a lei autorizativa chegou aqui, na última semana, nós dissemos a ele que jamais a Oposição faria qualquer acordo para vender a Bahia. Nem Antonio Carlos, no auge do seu poder, teve a coragem de mandar a esta Casa um projeto para vender a receita dos 5 anos seguintes. Disse a ele que sob hipótese alguma haveria acordo. Essa emenda, deputado Zé Neto, a que V.Ex^a faz referência, era para ser apresentada no segundo turno da PEC, para nós, da Oposição, ganharmos mais 5 dias regimentais na sua obstrução.

Não queira fazer jogo de cena ou dissimulação no Plenário. Sobre a venda dos *royalties*, eu sempre disse que não haveria acordo. Agora, se V.Ex^a insiste em passar 4 semanas aqui virando a madrugada sem votar o Orçamento, sacrificando a sua Bancada, não venha culpar a Oposição. Se quisesse votar o Orçamento, teria votado antes do Natal. Deixava para votar a lei autorizativa em fevereiro. V.Ex^a insistiu, e afinal foi derrotado porque não conseguiu botar a maioria neste Plenário.

Essa emenda está aqui, e o nobre deputado Gaban é testemunha. Quando nós assinamos, era para dar entrada na emenda, no segundo turno, para que a antecipação dos *royalties* fosse destinada para o Funprev. Foi esse o nosso objetivo.

Não queira dizer que eu estava fazendo acordo. O acordo que nós íamos fazer, esse sim, foi a emenda do deputado Gaban para permanecerem 5 anos os recursos dos *royalties*. E V.Ex^a não aceitou. Se V.Ex^a e esse governo tivessem aceitado a proposta do deputado Gaban, a PEC teria sido aprovada. Esta emenda aqui era para o segundo

turno. Boa vontade nós tínhamos, até porque foi o deputado Gaban que sugeriu que os recursos das *royalties* fossem utilizados para o Funprev. Agora, vender a receita da Bahia pelos próximos 5 anos, isso nunca partiu da Oposição e jamais a Oposição faria acordo sobre isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu vou propor a suspensão da sessão por 20 minutos...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Olha, eu vou fazer o seguinte: proponho a suspensão desta sessão por 20 minutos.

Questão de ordem do deputado Gaban.

O Sr. Zé Neto:- Eu pedi primeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas V.Ex^a já falou, deputado.

Deputado Gaban, faço um apelo a V.Ex^a...

O Sr. Gaban:- Se Zé Neto falar, todos da bancada vão falar também.

Mas, vamos lá, Sr. Presidente. Primeiro, vou deixar as coisas claras.

Zé Neto, V.Ex^a, mais uma vez, provou que não merece credibilidade.

Vejam, foi solicitado a mim fazer uma emenda. O governo solicitou que eu apresentasse na forma que eu quisesse da PEC. Sr. Presidente, V.Ex^a, também, já teve conhecimento disso. O governo pediu que eu fizesse até porque quem fez a primeira emenda foi eu para tentar viabilizar um acordo. Então, pediram-me para fazer uma emenda. Sentei com o secretário da Fazenda Manoel Vitório e com o assessor dele. Lá, apareceu o deputado Zé Neto.

Quando apresentei a minha redação da PEC, eu estava, única e exclusivamente, com quem eu tinha conversado do governo dizendo que eu queria preservar o direito de o aposentado continuar a receber seu salário. Desta forma, eu fiz uma redação até concordando com o governo para fazer a antecipação do dinheiro dos próximos quatro anos do futuro governo, mas cinco anos de *royalties*, quatro anos do futuro governo, para utilização no rombo da previdência. Mas esse recurso deveria ficar parado, congelado, aplicado no mercado financeiro com a rentabilidade, diminuindo o rombo dos servidores.

O governo disse que assim eu iria engessá-los, porque eles estão com problema de caixa. Não tenho nada a ver com o caixa do governo. A minha preocupação é com aquele que deu 30 anos de serviço para a Bahia, está aposentado e corre o risco de não receber o seu salário.

Ficaram de fazer um estudo.

Inclusive, informei ao secretário Manoel Vitório, ao assessor dele e ao deputado Zé Neto, que estava lá, pois eu já tinha solicitado uma reunião com a Bancada. Dei uma entrevista para os jornais *A Tarde* e *Tribuna da Bahia* dizendo que a decisão era técnica. Estávamos tentando chegar a uma redação. E a decisão política seria tomada na reunião que eu tinha marcado às 14h com a nossa Bancada.

Ficaram de me chamar no dia seguinte para ver se tinha outra redação. Não fui chamado. Subi três vezes à tribuna. E, ao final da tarde, como sempre, o deputado Zé Neto chega e diz que tem outra redação, ou seja, para eles utilizarem o dinheiro que deveria ser para a previdência. Eles querem usar o dinheiro do futuro governo para acabar com o rombo deste governo.

Não aceitei a proposta!

Zé Neto, ainda, tentou fazer intriga entre mim e o deputado Bruno Reis! Para mim, ele falava uma coisa; e para o deputado Bruno Reis, ele falava outra. Não tem credibilidade. Então, presidente, qualquer acordo que fiz, eu o fiz, porque tinha sido designado pelo Líder Elmar Nascimento. Qualquer acordo feito está parado. Qualquer acordo está na mão do governo. Nenhum acordo com o governo será feito para votar nada nesta Casa, mesmo os pleitos mais justos.

O meu acordo está desfeito.

Fiz o acordo no entendimento de valorizar o Poder Legislativo. Mas acordo quando tem uma pessoa... Falei, hoje, na tribuna e vou repetir, caro presidente: para se conhecer uma pessoa, dê um pouco de poder e vai conhecer o caráter da mesma. É isso o que digo com relação ao Líder do governo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, se conceder a questão de ordem à V.Ex^a, concederei a todos os outros.

O Sr. Zé Neto:- Fui citado duas vezes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, deputado Zé Neto, se eu conceder questão de ordem a V.Ex^a, terei de conceder a todos. V.Ex^a quer? Terei de conceder a todos. V.Ex^a quer?

O Sr. Zé Neto:- Quero.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, o deputado Zé Neto.

A partir de agora, qualquer deputado de Oposição pode pedir questão de ordem. O Sr. Zé Neto:- Deputado Marcelo, o deputado Elmar Nascimento solicitou um tempo para conversar agora.

Eu vou dizer a V.Ex^a uma coisa: eu fui chamado de mal caráter há pouco. Foi isso. Não sei se V.Ex^a ouviu.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não ouvi não, deputado. Não ouvi ninguém chamar V.Ex^a de mal caráter aqui. Não ouvi. Diga quem foi quem mando retirar das notas taquigráficas.

O Sr. Zé Neto:- O que foi deixado, há pouco, no ar é que o mal caráter...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não disse que V.Ex^a é mal caráter, porque se dissesse, eu retiraria das notas taquigráficas.

O Sr. Zé Neto:- Há outra coisa que V.Ex^a não ouviu: o deputado Elmar pediu para suspender a sessão por 10 minutos.

Proponho a suspensão desta sessão por 20 minutos para conversar com a Oposição. O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^{as}. concordam com 20 minutos?

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Olha, o deputado Zé Neto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^{as} concordam com 20 minutos?

O Sr. Carlos Geilson:- Eu pedi uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- O deputado Zé Neto tenta mudar uma resolução da Casa

de quase 30 anos. Vejam quantas legislaturas passaram por esta Casa, quantos governadores, e agora quer mudar uma resolução de quase 30 anos. Essa é a forma de o PT governar. Cai a máscara do republicanismo que de republicanismo não tem nada. O governo quer impor, quer na força e quer no grito.

Deputado Zé Neto, não é na força que se constitui uma liderança, não. É no trabalho, é nas relações com os colegas. Então, presidente Marcelo Nilo, não vamos aceitar. E dizer a vocês que estão nas galerias, atenção você que está na galeria da Casa, esse projeto está nas mãos do deputado Zé Neto, se não for votado, a culpa é de Zé Neto. Atenção vocês nas galerias. Não adianta fiar gritando, não, deputado Zé Neto, não adianta ficar esperneando, não. O projeto será votado se o deputado Zé Neto retirar a urgência desse estupro, dessa agressão que ele quer fazer com a Oposição nesta Casa.

Portanto, nós da Oposição já tomamos uma decisão: o projeto será votado hoje, mas depende da vontade da liderança do governo. Retira a urgência desse estupro contra a Oposição e votamos agora, inclusive sem usar os nossos tempos, sem as práticas regimentais. Pode votar agora, pode votar daqui a uma hora, mas votamos hoje, porque é o desejo da Oposição atender a vocês que estão ouvindo, estão vindo às sessões, que acompanham os nossos trabalhos, saibam que a Oposição nesta Casa não tem nenhuma dificuldade, só não aceitamos uma mudança no Regimento de quase 30 anos.

Agora, muito me admira gente que defende voto aberto, que defende isso aqui, ser o primeiro a assinar para engessar esta Casa. É assim que querem governar a Bahia com o chicote, espancando quem se levanta contra, na base da força, na base do ferrão? A Oposição nesta Casa vai endurecer ainda mais o jogo, porque o deputado Zé Neto está ressentido com a derrota que obteve na última votação. E se não fosse a derrota da última terça-feira, hoje ele não apresentaria esse projeto; hoje ele não apresentaria essa forma de tentar calar a Oposição.

Imagine você que está me ouvindo e você que acompanha a sessão nesta Casa. A mudança é de um artigo do dia 17 de janeiro de 1985, quase 30 anos depois, ainda era ditadura. Naquela época, 21 assinaturas; agora são 32 assinaturas. Cai a máscara desse governo, cai a máscara do Partido dos Trabalhadores. E muito me admira com aqueles que se dizem democratas, que usam as praças públicas para um tipo de discurso e aqui nos bastidores agirem de forma totalmente contrária ao que pregaram e ao que pregam ainda em praças públicas, tentando ludibriar, enganar os mais incautos.

Portanto, meu caro presidente, aqui fica o nosso protesto, e mais uma vez chamo a atenção das galerias, o projeto só não será votado hoje se o deputado Zé Neto não quiser. Deputado Zé Neto, retire a urgência e votamos esse projeto ainda hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi. O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, parece que a derrota da semana passada fez com que o deputado Zé Neto perdesse o equilíbrio. Sr. Presidente, é um Regimento de 30 anos e parece que o o deputado Zé Neto não teve nem o cuidado – Sr. Presidente, peço a atenção de V.Ex^a. Parece que o deputado Zé Neto não teve nem cuidado ao

redigir o documento. Veja que para se instalar uma CPI nesta Casa são necessárias 21 assinaturas, um terço do Parlamento! Até parece que ele está prevendo a diminuição da base do governo! Hoje a Oposição conta com 17 parlamentares. Apenas 17, por enquanto! Mas parece que o Líder da Maioria já sabe que dentro de pouco tempo esse número vai crescer, e aí coloca no projeto um número absurdo de maioria absoluta, 32.

Sr. Presidente, tenho certeza de que V.Ex^a, com a autoridade e a força que tem nesta Assembleia, não vai permitir que o seu mandato presidencial seja manchado. Mas, se o Legislativo baiano aprovar esta matéria, ele estará manchado aqui. Digo isso porque fui um daqueles que negociaram o apoio ao senhor, que assumiu com a Bancada oposicionista o compromisso de não aceitar mudança no nosso Regimento Interno sem que ela seja feita através de consenso entre todas as Bancadas. V.Ex^a pode até dizer que se esqueceu do acordo. Mas ele foi feito por mim como Líder da Oposição na época.

Portanto, só posso acreditar que foi um momento de desequilíbrio do deputado Zé Neto, o qual, não sei por que razão, se apavorou. A Oposição veio hoje ao Plenário com o espírito desarmado para discutir o Orçamento mostrando as inconsistências dele e a incoerência deste governo, que fala uma coisa na propaganda mas age de maneira completamente contrária. Não viemos aqui nesta terça-feira com o intuito de fazer uma obstrução interminável, mas sim para discutir a peça orçamentária e alertar o povo dos equívocos que ela apresenta. E o deputado Zé Neto, lamentavelmente, tenta fazer um golpe contra este Parlamento. Só que a nossa Bancada não vai aceitar, Sr. Presidente. Nós não aceitaremos, em pleno regime democrático, um ato de ataque aos direitos consagrados de uma Minoria parlamentar.

V.Ex^a foi 16 anos deputado pela Oposição nesta Casa. Viveu aqui por 16 anos como parlamentar oposicionista e teve todos os seus direitos regimentais garantidos, preservados. Não vamos aceitar que uma violência destas, uma peça indecorosa como esta seja sequer apreciada pelo Parlamento da Bahia.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, primeiro V.Ex^a comete um equívoco: em nenhum momento assumi compromisso para não mudar o Regimento da Casa. Primeiro porque não posso. V.Ex^a falou, e eu ouvi. Hoje é seu aniversário, e jamais vou polemizar com o senhor. Gostaria inclusive de parabenizá-lo. Não assumi nenhum compromisso porque não posso assumir. Segundo o nosso Regimento Interno, a Maioria é que decide, não sou eu. A Maioria da Assembleia é que decide mudança nele!

Quero dizer a V.Ex^{as} que estou aqui convidando-os para amanhã, às 11 horas, irem ao Salão Nobre. Pode ser até hoje. Se quiserem suspender a sessão por meia hora para tentarmos chegar a um acordo, tudo bem.

Agora, não fiz nenhum acordo para não mudar o Regimento da Casa. Não posso. Não fiz esse acordo, deputado. Não fiz, deputado! Não fique com essa cara, que não fiz! V.Ex^a sabe que tenho palavra! O que eu disse que manteria foram os 20 minutos dos deputados que fazem oposição neste Legislativo. Primeiro eu nem sabia que, se apresentassem 54 mil destaques, eles seriam votados individualmente. Nem sabia disso. Soube a última vez quando, numa certa ocasião aqui, a deputada Moema Gramacho apresentou alguns assim, mas isso foi suspenso por acordo.

Então, quero propor suspender a sessão por meia hora.

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O deputado Targino quer uma questão de ordem?

(O deputado Targino Machado fala fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sim, deputado. Mas eu posso suspender!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Targino Machado. V.Ex^a tem direito a 5 minutos.

O Sr. Targino Machado:- V.Ex^a concedeu da forma mais ampla e irrestrita questão de ordem a todos os deputados da Oposição que assim o desejassem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sou obrigado a conceder, não posso negar questão de ordem a ninguém. Só fiz um apelo a V.Ex^a para suspender a sessão, já que V.Ex^{as} não querem...

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem deve ser dirigida a V.Ex^a, que não está prestando atenção. Quero que recomponha o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Estou prestando atenção, estou ouvindo V.Ex^a, deputado.

O Sr. Targino Machado:- No Regimento da Casa, eu, o deputado proponente da questão de ordem, devo fazê-la ao presidente. V.Ex^a, aqui, agora é barata, é? Não é.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não vamos ofender às pessoas, deputado, o que é isso?

O Sr. Targino Machado:- Não estou ofendendo. V.Ex^a sorri, morde e assopra ao mesmo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu ouço com o ouvido, não com a boca. Estou ouvindo V.Ex^a e não vou antecipar o tempo, não, V.Ex^a está com o tempo corrido, pode falar o que quiser.

O Sr. Targino Machado:- Sempre foi objeto de desejo de V.Ex^a nesta Casa a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, que é um instrumento de defesa das minorias, instrumento de defesa da população, porque as CPIs não beneficiam aos deputados, são instrumentos absolutamente regimentais e constitucionais em defesa dos interesses da população, porque quase sempre a bancada do governo nas Casas Legislativas não sai em defesa dos interesses da população e, sim, em defesa dos interesses do seu lado – porque política tem lado –, que é o lado do governo.

Às Oposições couberam e cabem nos regimentos das Casas Legislativas os instrumentos de defesa das minorias para que elas, num poder de representação como o Legislativo, possam bem defender o povo do seu município, do seu estado ou do seu país. Para se propor uma CPI com os mais amplos poderes de investigação, de quebra de sigilo bancário e fiscal, deputado Marcelo Nilo, são suficientes as assinaturas de 21 Srs. Deputados. Então, como é que se pode admitir que quem pode o mais não pode o menos? E o mais num Parlamento é a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que tem o mais amplo poder de investigação, inclusive para investigar os Srs. Deputados, e para isso é necessário as assinaturas de 21 Srs. Deputados. Mas para fazer um mero requerimento agora será necessário quórum de votação, 32 deputados, para inviabilizar a fiscalização ao governo. Deputado João Carlos Bacelar, V.Ex^a tem a envergadura pessoal, a estatura moral para propor

qualquer coisa nesta Casa e neste Estado.

Deputado Rosemberg, acho que foi um momento de infelicidade e em bom tempo V.Ex^a voltou atrás.

E quero pedir bom-senso, Sr. Presidente. Não é possível que V.Ex^a, com tantos anos nesta Casa, e que orgulhosamente estufa o peito e diz que foi aquele que passou mais tempo na Oposição. Eu vou passar V.Ex^a, independente de quem seja o governo, independente quais sejam os interesses, eu vou continuar na Oposição. Agora, não quero viver para ver V.Ex^a, justamente V.Ex^a, homologar, rasgar o Regimento desta Casa, Sr. Presidente.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou suspender a sessão por 30 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a chegou agora, já tinha prometido, faço um apelo.

Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- É por isso mesmo, Sr. Presidente, acabo de chegar e confesso a V.Ex^a que não estava acompanhando e quando eu chego aqui... É de se estarrecer, não é de se acreditar, porque em todo pronunciamento que V.Ex^a faz que diz em alto e bom som que esta é a Casa dos iguais. Não é de se acreditar que o Líder do Governo, deputado Zé Neto, que se diz um parlamentar republicano, democrático propõe alterar o Regimento desta Casa, o que vai de encontro ao dever da Oposição nesta Casa, impedindo os trabalhos da Oposição, um direito legítimo e democrático que a Oposição tem.

Sem o menor sentido. Isso mostra, realmente, o espírito com que o Líder do Governo, deputado Zé Neto vem tratando a Bancada de Oposição e a Bancada do Governo, porque nós, como bem falou aqui o deputado Paulo Azi, o deputado Elmar, o deputado Gaban, viemos com o espírito natural de discutir o orçamento, de mostrar as incoerências deste governo, mas de forma tranquila, sem nenhum tipo de acirramento. Mas o deputado Zé Neto mostra, mais uma vez, a sua falta de habilidade política, a sua falta de senso político em tentar construir um acordo com a Oposição.

Mas essa é a marca do governo Jaques Wagner de passar o trator, de passar por cima de tudo e de todos, mas não quero crer, meu nobre e querido amigo, presidente Marcelo Nilo, que V.Ex^a concorde com essa atitude do Líder do Governo, deputado Zé Neto. V.Ex^a que sempre procura conduzir os trabalhos nesta Casa com a pura isenção, sempre nos seus pronunciamentos fala e diz que esta é a Casa dos iguais, mas agora, faço um apelo a V.Ex^a que não compactue com essa manobra ditatorial que o Líder do Governo nesta Casa tenta impor aos parlamentares, porque hoje somos da Oposição, amanhã eles serão da Oposição. Daqui a pouco o número de CPIs, como o deputado Targino Machado falou, vão querer passar para 32 assinaturas, tentando, mais uma vez, dinamitar os relacionamentos nesta Casa.

Ano eleitoral. A única coisa que temos nesta Casa, os deputados de Oposição, com o nosso discurso, deputado Gaban, é mostrar para o povo da Bahia as incoerências deste Governo, que está tentando a qualquer custo e a qualquer preço, passar por cima de tudo e de todos para ganhar mais uma eleição, mas o povo da Bahia está atento. O povo da Bahia não vai se deixar enganar mais uma vez por um governo que mostrou ser bom somente em propagandas, que no decorrer desses anos

se elegeu e reelegeu prometendo a Ponte Salvador- Itaparica, a Ferrovia Oeste-Leste, o Porto Sul obras essas que sequer saíram do papel, muitas delas.

Então, Sr. Presidente, eu reitero, faço um apelo ao espírito democrático de V.Ex^a. Sei do perfil e da condução de V.Ex^a à frente desta presidência e tenho a certeza de que irá intervir nessa questão fazendo com que o Líder do Governo desista dessa ação ditatorial. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou suspender a sessão por 30 minutos para ver se os líderes partidários chegam a um acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Reaberta a sessão. Porém, como não se chegou a nenhum acordo, suspendo-a por mais 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, eu gostaria de reabrir os trabalhos, mas antes eu vou comunicar ao Plenário que eu fiz uma proposta de acordo aos deputados da base do governo, que aceitaram, e aos deputados da base de Oposição, que aceitaram. O acordo é o seguinte: cada deputado, no máximo, apresenta 10 destaques, ou seja, 10 emendas, e que não se poderá nem encaminhar nem discutir as emendas, apenas será votado, o Líder da Oposição recomenda à Bancada como é que vota, o Líder do governo recomenda à sua Bancada como é que vota, e eu coloco em votação.

Fechado o acordo, deputado Elmar Nascimento?

O Sr. Elmar Nascimento:- Fechado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- E o deputado Zé Neto retira o regime de urgência.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como? Não, eu mando arquivar, não precisa retirar não, o acordo eu mando arquivar.

Vou repetir aqui como é o acordo. Não existe acordo de votação de orçamento, não existe acordo de nada. O único acordo que foi feito é que cada deputado, no máximo, poderá apresentar 10 emendas. E, deputado Gaban e deputado Elmar, inclusive depois nós vamos fazer um projetinho de resolução colocando isso. Destaques, estou falando de destaque, não é emenda não, só destaque.

Vou repetir, deputado Zé Neto, primeiro eu agradeço a V.Ex^a pela compreensão, porque aceitou o acordo, deputado Elmar também, ambos aceitaram o acordo. Cada deputado poderá, no máximo, apresentar 10 destaques.

O Sr. Targimno Machado:- Porque esse é um acordo para as emendas do orçamento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, 10 destaques, emenda não pode, emenda tem que ter 21 assinaturas. Não é isso?

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

(Inaudível)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, é para o orçamento, estou fazendo acordo para esse orçamento, o resto depois vamos fazer um projeto de resolução combinado. O acordo é o seguinte: um deputado só poderá apresentar 10 destaques, não pode encaminhar nem pode discutir nada. Só pergunto ao Líder da Oposição como recomenda a sua Bancada, como pergunto ao Líder do Governo se recomenda sim ou recomenda não, e coloca em votação. Dez destaques por deputado, o voto é um a um, 170 votos.

O Sr. Zé Neto:- (Inaudível)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não. Deputado Zé Neto, o voto é um a um, se os deputados do governo apresentarem 170 serão 170 votações, sem encaminhar e sem discutir em meia-hora a gente vota, agora não dá para votar 54 mil.

Eu agradeço muito ao deputado Elmar e agradeço muito ao deputado Zé Neto. Até 170 destaques dá para votar, agora não dá para votar é 54 mil. Deputado Zé Neto, eu voto um a um, em meia-hora dá para votar, os destaques, cada deputado só apresenta 10 destaques, certo?

Agora, eu vou convocar uma sessão extraordinária a realizar-se 1 minuto após o encerramento desta para iniciar a votação do orçamento, porque estava aqui só do projeto de resolução, por um acordo, agora vamos retirar, vou encerrar esta sessão... não é para encerrar não? Então, continua e vou convocar uma sessão extraordinária, 1 minuto após o encerramento desta, para iniciarmos a votação do orçamento. Se os deputados quiserem, votamos também o PL do Anticalote, se quiserem.

Eu faço, inclusive, aqui um apelo para votar, mas não depende de mim, depende dos Líderes partidários.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o Líder do PSL/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Falará o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, veja só, o que o Líder do governo está sugerindo que eu suspenda a minha fala. Isso não vai alterar em nada, porque a Oposição vai falar e vai dar 18 horas. Isso não vai alterar nada. Ou seja, vai dar a vez para a Oposição falar. Estou dizendo que se os deputados governistas não falarem vai abrir espaço para a Oposição falar. Não altera nada do ponto de vista do horário.

(O deputado Zé Neto tenta convencer o orador a não utilizar o tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes. V.Ex^a quer que eu assegure sua palavra? Deputado Álvaro Gomes, ou V.Ex^a toma esporro de Zé Neto ou discursa.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sou um deputado disciplinado, se houve acordo eu cumpro o acordo. O Líder do governo está sugerindo que eu fale 3 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Zere o tempo, por favor, para assegurar a palavra ao deputado. Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de até 11 minutos. **O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Sr. Presidente, demais deputados, na realidade, estamos aqui, nesta tarde, num momento importante, particularmente acho que avançamos de forma considerável. Queria parabenizar os dois Líderes, tanto o Líder do governo, deputado Zé Neto, quanto o Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento, pelo acordo que foi feito. Inclusive, pelo que entendi, esse acordo viabilizará a votação do Projeto de Lei Anticalote. Acho isso muito importante.

Acho que essa proposta da apresentação das emendas de forma limitada e razoável é o caminho para que possamos encontrar uma solução, debater, respeitar as diversas opiniões e colocar a Assembleia Legislativa para funcionar. Porque, na realidade, se fosse da forma como estava colocado, tecnicamente, matematicamente, tínhamos uma situação onde havia 55. 131 emendas, multiplicadas por uma média de

10 minutos cada destaque, dariam 551 mil minutos. Isso dariam 382 dias, 24 horas por dia, sábado, domingo e feriados. Se fossem retirados os sábados, domingos e feriados, e diminuída a jornada diária de trabalho aqui na Assembleia Legislativa, teríamos aproximadamente 5 anos para votar o Orçamento. Então, na realidade, qualquer deputado poderia se sobrepôr tecnicamente aos 62 deputados. Isso é uma grande distorção, teria que se encontrar uma solução e a melhor solução é a negociada. Sempre defendi isso. E essa solução negociada foi encontrada, que foi exatamente a limitação da apresentação de 10 destaques para cada deputado. No caso dos deputados de oposição são aproximadamente 170 emendas que poderão ser apresentadas. E aqui decidiremos no voto direto pela maioria dos parlamentares.

Portanto, acho que esse acordo foi importante para todos nós, foi fundamental. Acho que avançamos. O caminho é a negociação, sempre defendi isso, a negociação até a exaustão. Temos que buscar isso. E buscar também mecanismos que respeitem a maioria dos parlamentares e à democracia pressupõem o respeito e a submissão. A minoria precisa se submeter à decisão da maioria, isso é democracia; o inverso, não. A maioria não pode ficar refém da minoria. Isso não é democracia do meu ponto de vista. É preciso que se respeite a minoria. A minoria tem todo o direito de se manifestar, de colocar suas posições, mas quem prevalece efetivamente e quem deve prevalecer é a vontade da maioria.

Portanto, quero fazer aqui essas observações.

A segunda questão que gostaria de colocar aqui, é exatamente sobre algumas proposições que estão aí em debate. Acho que deveríamos ver se conseguiríamos ainda hoje votar esses projetos que estão colocados na ordem do dia. O projeto de lei Anticalote, o projeto do Voto Aberto, e também a PEC que retira a remuneração dos parlamentares quando da convocação extraordinária...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Por favor, as Galerias só podem se manifestar aplaudindo. Por favor, solicito que seja restabelecido o tempo do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Peço a atenção dos nossos colegas parlamentares. Acho que deveríamos discutir aqui e tentar ver se conseguiríamos um acordo para votar esses projetos que estão colocados na ordem do dia. Há a questão da PEC do voto aberto, o projeto de lei Anticalote e tem a PEC que retira a remuneração quando da convocação extraordinária durante o recesso parlamentar. É uma PEC de nossa autoria.

Eu também colocaria aqui um outro projeto de nossa autoria que mereceria uma atenção especial nesse momento, que é exatamente o projeto que proíbe a cobrança de estacionamento em *shoppings centers* de Salvador.

(Vários Srs. Deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Srs. Deputados, há um orador na tribuna. **O Sr. ÁLVARO GOMES:-** Já me referi aos três projetos e gostaria de me referir a mais um projeto, o qual proíbe a cobrança de estacionamento em shopping center e estabelecimentos comerciais de uma maneira geral. Por que isso? Porque os donos de shoppings já anunciaram que vão começar a cobrança de estacionamento agora, provavelmente no início do mês de fevereiro. Não podemos aceitar isso porque há mais de 20, 30 anos que os shoppings centers não cobram estacionamento e

evidentemente que o estacionamento já está embutido nos preços.

O projeto de nossa autoria já foi aprovado em três comissões. Portanto, falta ser aprovado aqui no Plenário. Pode haver o questionamento. É evidente que os donos de shoppings vão questionar, vão dizer que o projeto é inconstitucional; vamos defender, dizer que o projeto é constitucional, que versa sobre a questão da defesa do consumidor, versa sobre a relação de consumo, que é uma atribuição concorrente do Estado e da União, juntamente com o município.

Portanto, independente de ser e aí a polêmica vai existir, mas a polêmica vai existir como um instrumento que se transformou em lei e para que eles possam cobrar o estacionamento, eles vão ter que questionar a lei junto ao Supremo, enquanto isso estamos, efetivamente, ganhando tempo para aperfeiçoar a legislação municipal.

Acho que esse projeto que veda a cobrança de estacionamento em *shoppings centers* e em estabelecimentos comerciais, deveríamos aprová-los, de preferência por acordo, por consenso, e impedir que os donos de *shoppings* cobrem estacionamentos depois de 30 anos sem cobrar.

Portanto, gostaria de fazer este apelo aos nossos colegas de Governo e da Oposição para que votemos esse projeto. Eram essas considerações que eu gostaria de fazer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, o deputado Zé Neto questionou-me sobre a votação desses prováveis 170 destaques. Eu entendi que teria quórum de votação para os 170 destaques. A cada destaque pedir quórum, companheiro? Já pensou 170 verificações de quóruns? Isso não existe.

Quero consultar a Oposição, se o quórum é o geral? Tem de ter 32 votos. Nesse caso, é obrigado a ter o quórum. Não é necessário pedir quórum em cada destaque. É obrigado haver 32 votos, mas se não tiver... deputado Elmar Nascimento, o que eu propus é que fosse quórum para os 32 presentes, porque em cada votação é obrigado ter os 32 votos. É desnecessário pedir quórum em cada votação.

Consulto V.Ex^a, deputado.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, a única coisa de que a Oposição nunca abriu mão é do direito de pedir verificação de quórum na votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em cada destaque?!

O Sr. Elmar Nascimento:- Em cada votação que houver.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Zé Neto, está suspenso o acordo, porque é inviável. Não estou entrando no mérito, mas pedir 170 quóruns vendo os deputados aqui presentes, é inviabilizar o acordo.

Agradeço, mas infelizmente não é possível. Propus... Aliás, nem fui eu, foi um deputado da Oposição que disse para votar 10. Achei a emenda razoável.

Pedir quórum para cada destaque, já pensou 170 votos. Vai demorar 2 dias, e é inviável.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Vamos votar o requerimento, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, eu faço o apelo ao deputado Elmar Nascimento. É obrigado ter 32 votos. Então, é desnecessário pedir quórum para cada

destaque. Pede a primeira vez para ter os 32 votos.

Está suspenso o acordo. Eu fiz o possível. Agradeço de público ao deputado Elmar Nascimento, porque ele, pelo menos, entendeu minha proposta. Quero fazer um acordo, acho que vocês merecem todo o meu respeito.

Já consegui a negociação política, mas 170, ou melhor, 630 – porque cada deputado do governo pode apresentar também, no máximo, 10 – pedidos de quórum, companheiro, é humanamente inviável. Não é nem tecnicamente, mas humanamente. Deputado Zé Neto, peço desculpas a V.Ex^a, porque foi um mal entendido. O que eu entendi era quórum de votação, não em cada destaque. Então, se V.Ex^as não querem... Não vou entrar no mérito, não, porque não quero discutir. Com certeza não tem nenhum ingênuo aqui, só têm pessoas inteligentes, sérias, íntegras, honradas.

Deputado Zé Neto, peço desculpas a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo orador. Com a palavra o Líder da Minoria ou o do Bloco Parlamentar PSDB/PTN/PRP para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, falará pela metade do tempo o nobre deputado João Carlos Bacelar, e no outro restante do tempo o nobre deputado Adolfo Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado deputado João Carlos Bacelar pelo tempo de 5 minutos e meio.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, quero fazer um apelo, inicialmente, ao nobre deputado Álvaro Gomes.

Nós deputados estaremos juntos de V.Ex^a na questão dos *shoppings*, mas, para sermos coerentes, V.Ex^a tem de chamar seu governador e mandar tirar a cobrança do estacionamento da Ceasa do Rio Vermelho. O *shopping* não pode cobrar, mas a Ceasa do Rio Vermelho pode?

É porque estão acostumados a fazer caridade com o dinheiro de quem produz riqueza neste País, deputado. Deixe de fazer, deputado, caridade com o dinheiro dos outros. V.Ex^a, também, deveria proibir que os hospitais e a Fonte Nova cobrassem estacionamento. Agora, imaginem: quem vai ao Shopping Barra, não paga estacionamento; mas quem vai à Ceasinha do Rio Vermelho, pagará.

O Sr. Álvaro Gomes:- Deputado, só um aparte.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Deputado, teremos muito tempo hoje.

O Sr. Álvaro Gomes:- Deputado, só um apartezinho.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- Quero chamar a atenção também, deputado, para o absurdo do governo do estado com a cesta do trabalhador. (Palmas) O governo da Bahia está, neste momento, aumentando em 17% a cesta básica do trabalhador. Em seu afã de arrecadar para cobrir os rombos da incompetência, o governo da Bahia retira, neste momento, cerca de 10% de cada incentivo dos produtos da cesta.

Para se ter uma ideia, Sr. Presidente – voltaremos a este assunto hoje durante toda a sessão –, o leite em pó integral, na Bahia, passará de R\$ 3,51 para R\$ 4,01: um aumento de 14,25%. A margarina, Sr. Presidente, em média, sairá de R\$ 3,89 para R\$ 4,68: um aumento de 20,3%. O vinagre terá um aumento de 18,4%. É totalmente inviável, para o bolso do trabalhador baiano, o decreto, feito pelo governo, na calada da noite de 30 para 31 de dezembro! (Muitas palmas)

Srs. Deputados, a presidente da República, que eles chamam de presidenta, chamou toda a Nação para que se mantivesse o preço da cesta básica congelado. Na Bahia, o governo que rasga dinheiro, o governo que desorganizou as finanças do Estado, para cobrir a sua incompetência, está dando, em média, um aumento de 17% a 18% na cesta básica! (Palmas)

Sr. Presidente, queremos fazer um apelo ao Líder do governo para que leve ao governador do Estado, com urgência, esta proposta de revogação desse decreto. Essa medida do governo do Estado contribui para o aumento do processo inflacionário! Essa medida do governo do Estado contribui para o encarecimento da cesta do trabalhador! Na Bahia, não há segurança, não há educação, não há saúde, e existirá a cesta básica mais cara do Brasil!

Para se ter uma ideia, no estado de Minas Gerais, o ICMS sobre o leite em pó é de 3%; no Ceará, é de 7%; e na Bahia, 17%! Em Minas Gerais, o ICMS sobre o vinagre é de 7%; na Bahia, 17%!

É por isso que o movimento das donas de casa da Bahia está aqui hoje (palmas) para protestar contra este aumento abusivo! (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concluindo, deputado.

O Sr. JOÃO CARLOS BACELAR:- O segmento produtivo e o segmento do varejo poderiam, simplesmente, repassar os preços. No entanto, tais segmentos estão, também, apoiando o movimento das donas de casa e o movimento dos consumidores da Bahia contra este absurdo do governo do Estado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Nobre deputado Bruno Reis, quem é o próximo orador a falar?

O Sr. Bruno Reis:- O deputado Adolfo Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, senhoras e senhores...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Parem de computar o tempo, por favor. Peço silêncio, tanto dos parlamentares, quanto dos ocupantes das Galerias Paulo Jackson, para que possamos ouvir os oradores e o conteúdo do seu discurso, e, efetivamente, assimilar o que cada deputado está falando.

O Sr. Targino Machado:- Deixa o povo falar, presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Estou pedindo também aos deputados e aos ocupantes das Galerias Paulo Jackson. Estou pedindo a todo mundo.

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, gostaria de solicitar a compreensão de V.Ex^a. Se olharmos para as Galerias Paulo Jackson, notaremos que são senhoras, são donas de casa preocupadas.

No momento em que a Bahia anuncia o maior crescimento – é uma pesquisa nacional – na cesta básica... O maior crescimento da cesta básica é exatamente no nosso Estado. No momento em que vemos o governo querer antecipar recursos do próximo para tapar o rombo que ele tem; na hora em que vemos ser desrespeitada a

Lei nº 6.677, que dá garantia ao servidor público de receber seu salário corrigido a partir do dia primeiro de janeiro, sem que sequer uma mensagem seja encaminhada... O que elas estão manifestando aqui e estão preocupadas...

Quem é funcionário público não tem reajuste, e as coisas acontecendo. A inflação está sendo acionada em torno de 6%. O funcionário público não tem direito a URV. O governo, mesmo havendo jurisprudência do Supremo Tribunal Federal desde setembro, não dá sinal nenhum. O governo, através de um decreto, aumenta a margarina em 20,3%, o leite em pó em 15,8% e daí para frente.

Quem aguenta, presidente? A manifestação das Galerias Paulo Jackson é legítima! Temos de ter a compreensão de V.Ex^a, porque eles estão defendendo, aqui, como as donas de casa conseguirão colocar alimentação para os seus filhos. É isso que eles estão defendendo, e nenhum dos 63 deputados tem autoridade para ir contra, quando se está corroendo o poder de compra dos trabalhadores dos nosso Estado. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Nobre deputado Gaban, não entendi muito a questão de ordem de V.Ex^a. A rigor essa não foi uma questão de ordem.

Ninguém está questionando a manifestação, não. Pelo contrário, sejam bem vindos. Sempre nos sentimos alegres com a presença de todos nas Galerias Paulo Jackson. Apenas fizemos um pedido gentil e delicado de compreensão, no sentido do que tanto os deputados, quanto as Galerias Paulo Jackson possam ouvir com atenção os oradores, para que possam assimilar o que eles estão falando. Então, ninguém está questionando a manifestação e a presença das pessoas das Galerias Paulo Jackson. Pelo contrário, é um prazer muito grande ouvir todos vocês. Estou apenas pedindo silêncio para ouvirmos, inclusive, o deputado Adolfo Viana que está aguardando para fazer as suas considerações.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao deputado Adolfo Viana pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, gostaria de me associar não só as palavras do nobre deputado João Carlos Bacelar, como também as do nosso Líder do Democratas, o deputado Carlos Gaban. Mais do que isso, quero me associar as palavras das senhoras e dos senhores que nos acompanham das Galerias Paulo Jackson. O governo do Estado da Bahia, ao longo do seu mandato, ao longo desses sete anos, esqueceu de garantir aos baianos segurança pública, saúde e educação de qualidade. Basta abrir qualquer jornal da Bahia que veremos em que pé se encontra o nosso Estado. Este que foi eleito o 19º pior da Federação é o mesmo que tem um governo que encaminha a esta Casa, no apagar das luzes, este projeto que aumenta o leite, a margarina, o charque e o vinagre. O governo baiano foi, sem sombra de dúvida, o que mais investiu em propaganda, mas se esqueceu de investir em outras coisas e ter sensibilidade com quem mais precisa. Imaginem V.Ex^{as} que, se olharmos e fizermos um comparativo entre os Estados da Bahia e de Minas Gerais, por exemplo, perderemos em todas as comparações desde a segurança pública e a saúde até a educação. Vejo aqui nas Galerias os empresários que tiveram ontem a capacidade de procurar tanto a Oposição quanto o governo, numa expectativa de que a base governista, através dos seus Líderes, tivesse a consciência de chamar a atenção do governador e da sua equipe para o absurdo que estão cometendo com os baianos.

Deputado e amigo Pastor Sargento Isidório, que presta um grande trabalho social ao nosso Estado, V.Ex^a sabe quanto vão acrescentar na cesta básica do baiano essas alíquotas que o governo estadual encaminha a esta Assembleia? Pergunte àquelas donas de casa que estão nas Galerias, bem como aos supermercadistas, e ouça o que eles dirão.

Este é um governo que trata quem mais precisa de forma irresponsável, deputado Carlos Geilson. (Palmas!) Imagine V.Ex^a que o aumento do charque na Bahia será de 10%, enquanto em Minas Gerais, de apenas 1%. A alíquota do leite em pó aqui sairá de 7% para 17%. Mas em Minas Gerais aumentará só 3%. O vinagre, da mesma maneira. Fica difícil para um deputado ter a noção do aumento no charque e leite em pó, mas para quem recebe salário mínimo aumenta, e muito, o custo do seu supermercado.

Deputado João Carlos Bacelar, nós já vimos muita coisa nesta Casa. Vejo a ansiedade e o desespero de quem representa as donas de casa da Bahia e tem a consciência de que este governo do Estado não tem a menor sensibilidade com quem mais precisa. V.S^{as} tenham a certeza de que esta aguerrida Bancada da Oposição fará uma obstrução que começa no final desta tarde e irá até a manhã do dia seguinte. Nós sabemos que todos os deputados opositores assumirão com as donas de casa o compromisso de bater nessa tecla até que o governo reveja a sua posição.

(A plateia se manifesta com gritos e aplausos.)

Vamos incansavelmente na madrugada usar a tribuna deste Legislativo para chamar a atenção da base governista e tentar sensibilizar o Líder Zé Neto para que chame a atenção do governo estadual, porque a população baiana não pode pagar o preço de uma medida irresponsável adotada pelo governador Jaques Wagner. Não bastasse ter quebrado o Estado da Bahia com mais de R\$ 14 bilhões em empréstimos, queria também tomar os *royalties*, a futura renda dos próximos cinco anos! E agora o governo baiano ainda vem com uma medida para esmagar a população que mais precisa ser protegida por ele próprio! Então, digo às senhoras que estão aqui, defendendo o interesse das donas de casa, que esta Bancada da Oposição, aguerrida, irá defender o interesse de vocês até amanhã de manhã.

Muito obrigado.

(As Galerias se manifestam.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Há um apelo do Plenário para se votar o projeto anticalote.

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Também há um apelo nas Galerias Paulo Jackson para se votar o projeto anticalote. Isso vai depender de um acordo entre Oposição e Situação. Havendo acordo, votamos com tranquilidade. Só depende da dispensa de formalidades.

Concedo a palavra ao nobre Líder da Maioria ou o do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o do Bloco Parlamentar PMDB/PSB para falar ou indicar orador, pelo

tempo de 11 minutos.

O Sr. Bruno Reis:- Sr. Presidente, por metade do tempo, falará o nobre deputado Gaban, e o deputado que vos fala, pelo tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Cinco minutos e 30 segundos para o deputado Gaban, e 5 minutos e 30 segundos para o deputado Bruno Reis.

Com a palavra o deputado Gaban, pelo tempo de 5 minutos e 30 segundos.

O Sr. GABAN:- Meu caro presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, primeiro, tenho acompanhado...

(As Galerias se manifestam.)

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, zere meu tempo. Eu só vou falar quando houver silêncio.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, quem incentivou as Galerias a se manifestarem foi o deputado Gaban, há pouco tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Peço, mais uma vez, a atenção de todos para que possamos ouvir o deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Na hora em que eu estiver falando, podem se manifestar à vontade, não tem problema algum.

Inicialmente, gostaria de prestar um esclarecimento ao pessoal que está aqui há algum tempo, lutando pela aprovação do PL Anticalote. Nós tentamos de toda forma...

A Oposição nesta Casa, mesmo achando e tendo a plena convicção de que o Regimento Interno foi feito na época da ditadura militar, reconhece que naquela época foi permitido o direito sagrado às Oposições de se manifestarem, em qualquer governo. Essa oportunidade nos é dada pelo Regimento Interno. Se antes os atuais governistas criticavam o governo militar, agora, de uma forma truculenta, antidemocrática, fazem bem pior, porque o governo militar não teve a coragem de fazer o que o Líder da Maioria está querendo fazer hoje.

Sentamos para fazer um acordo. Dissemos, inicialmente, a V.S^{as}: “Vamos fazer, mas está nas mãos do governo. Se ele retirar o regime de urgência, nós votamos com dispensa de formalidades”. Foi feita essa proposta.

O governo falava de algo imaginário, porque nem eles, quando eram oposição, tiveram a ousadia de apresentar 50 mil destaques. Não existe isso no Parlamento! Mas nós, para tentar ajudá-los e resguardar o Poder Legislativo, para que não se imponha a vontade de uma maioria, que é transitória, porque democracia é isso, é alternância de poder –, para preservar o Poder Legislativo, evitar que o Líder do governo, Zé Neto, fizesse o que está querendo cometer com o Legislativo. Fizemos proposta de apenas dez destaques. Dez destaques apresentamos. Fez-se um acordo, o governo mais uma vez correu do acordo, queria agora que a Oposição abrisse mão de pedir verificação de quórum. Pelo amor de Deus! Quer tirar qualquer direito. Então, a responsabilidade está no Líder do governo, Zé Neto. Isso aí tem que ficar muito claro, porque nós abrimos mão para podermos ajudar o Líder do governo, que não quer acordo. Ele quer fazer o que nem a ditadura militar teve coragem de fazer, que é tirar o direito das Oposições.

Com relação às donas de casa, o que sugiro a todos os donos de supermercados, dos menores aos maiores, é que coloquem faixas na entrada dos estabelecimentos, mostrando que o governo da Bahia, depois de ver o maior aumento

de cesta básica do Brasil, que é no nosso Estado, na nossa Capital, teve a petulância, a arrogância de aumentar de 7% para 17% os impostos. Até no charque, que é uma comida baiana, nordestina, 17%. Se pegarmos num Estado do Nordeste, esse mesmo imposto, por exemplo, no Ceará, é de 7%. O charque em Minas Gerais tem 1% de imposto, na Bahia, 17%. O leite em pó em Minas Gerais, 3%, no Ceará, 7%, na Bahia, 17%. Margarina, que já é um alimento para a pessoa que tem um pouquinho mais dinheiro: em Minas Gerais, 18%, no Ceará, que é um Estado nordestino, 7%, na Bahia, 17%. Vinagre, 7% em Minas, 7% no Ceará, 17% na Bahia.

Tem que botar um cartaz em todos os supermercados mostrando que um governo que tem um custeio altíssimo, que levou a um rombo de mais de R\$ 2 bilhões, que consumiu 70% do que arrecadaram os auditores fiscais no Refis, que foi um recorde nacional. Mas 70% do custeio... O governo gastou só no aumento do ano passado para este 70% do que foi arrecadado. Não consegue fazer o dever de casa e põe o povo para pagar a conta. Deveria agora não fazer como fez quando assumiu o governo, pegando 20 secretarias e botando para 31, preferiu fazer um acordo com os deputados que aderiram e se esqueceu da população. A Agora, mais uma vez, faz um erro: com custeio alto, ao invés de reduzir as secretarias, está leiloando as secretarias, e cada dia um partido ganha mais uma, outro partido ganha outra, e a população, tchau e bênção, porque a reeleição dele já foi feita. Mas o troco pode ser dado no dia 5 de outubro. Vejam aí os deputados do governo que estão aprovando essas excrescências, esses absurdos de aumentos injustificados, e o governo não faz a sua parte, que é reduzir o custo da máquina administrativa.

(A plateia se manifesta com aplausos.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- Pela ordem, o deputado Adolfo Viana. Só um minuto para ouvirmos o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, estamos aqui participando de uma sessão importantíssima, há um projeto dos vigilantes e...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- (...) há o projeto das donas de casa, e o deputado Bruno Reis vai fazer um pronunciamento. Eu gostaria, e não tenho dúvida de que também as Galerias, de que os deputados estejam presentes ao Plenário, haja vista que há dois projetos, um decreto do governo que desejaríamos que a base do governo repensasse, e o projeto dos vigilantes. Gostaríamos de que o Plenário tivesse a presença dos deputados. Então, solicito uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Álvaro Gomes):- V.Ex^a será atendido. Com a palavra, o deputado Paulo Rangel e, depois, o deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, gostaria, em virtude da questão de ordem que pede verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, que V. Ex^a acionasse as campainhas, desse os 15 minutos regulamentares e zerasse o painel.

Convido neste momento todos os deputados, principalmente os da Base do governo, a se fazerem presentes ao Plenário, já que existe uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Gostaria de fazer um pedido a vocês das Galerias. O Regimento diz muito claramente que não pode vaiar. Eu faço um apelo e sei que vocês estão aqui há alguns dias, sendo sempre muito bem recebidos. A Casa é plural, heterogênea. Aqui não existe chefe e todos somos iguais. Agora, gostaria de pedir que os senhores não se pronunciassem gritando ou vaiando.

Faço um pedido como amigo, na medida em que a votação não depende do presidente. Se dependesse de mim, eu já teria colocado para votar. Depende dos Líderes partidários. Existem aqui os Líderes do governo e da Oposição. Os dois concordando, eu atendo e boto para votar. Não estou entrando no mérito, se tem razão ou não. Os senhores estão vendo a posição de cada um. Mas faço esse pedido porque, como presidente, sou obrigado a manter a ordem. Quando vocês gritam, termina desviando a atenção do deputado que está falando.

Tendo em vista que eu tinha informado que seria 1 minuto após o encerramento desta convocação para o Orçamento, e tendo em vista que o acordo foi desfeito, eu retiro as minhas palavras e volta a convocação extraordinária solicitada pelos 21 deputados para votar a urgência. Não depende de mim, é um pedido dos 21 deputados. Faço um apelo, mais uma vez, para que cheguemos a um acordo.

Zerem o painel e marquem 15 minutos.

Verificação de quórum...

(Continuação da verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O quórum foi restabelecido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bruno Reis pelo tempo de 5 minutos e meio.

O Sr. BRUNO REIS:- Boa-tarde a todos os deputados e deputadas e aos senhores presentes.

As minhas primeiras palavras são para os vigilantes que vieram aqui hoje na expectativa de o PL Anticalote ser aprovado. Na semana passada estava exercendo a Liderança da Oposição e conclamei a Bancada para que nesta pudéssemos apreciar esta matéria, até em deferência ao vereador Suíca, que nos pediu, e à nobre deputada Maria del Carmen. Mas hoje um projeto de resolução proposto pelo Líder do governo inviabilizou a realização de qualquer acordo. Acima de nós há princípios e ideais que não abrimos mão. Então não há possibilidade de apreciar qualquer projeto nesta terça-feira enquanto o Líder não retirar esse projeto de resolução.

Estas minhas palavras agora também são dirigidas às donas de casa, aos mais humildes, aos mais pobres, àqueles que dependem da cesta básica para sobreviver. No final do ano, como é uma prática deste governo, na calada da noite foi dado ao povo baiano um “presente” de Natal, Zé Neto, que nos envergonha. Este governo baixou um decreto aumentando as alíquotas do leite em pó, da margarina, da charque e do vinagre de 7 para 17% e hoje quer passar o rolo compressor nesta Casa. Este governo implantou as Câmaras Setoriais que não existem, não discutem, não debatem com os interessados, Zé Neto.

Para a existência delas, foi dito a V.Ex^a e a este governo que, se houvesse qualquer decreto dele que pretendesse mexer em qualquer alíquota, seria necessário que os empresários se preparassem, até porque não dispõem dos sistemas necessários para se adequarem a uma mudança na calada da noite como esta. É por isso, Zé Neto, que apelo a V.Ex^a e a este governo para que sigam o exemplo de outros Estados,

como Minas Gerais e Ceará.

A esta altura do campeonato, Zé Neto, ainda não chegou a esta Casa o projeto de reajuste dos servidores, que com certeza virá apenas recompondo a inflação do período. Então como um pai, uma mãe de família ou dona de casa aguentam ter de pagar 10% a mais por cada produto desses?! Hoje em dia, não, Zé Neto, mas no tempo das vacas magras, sei que V.Ex^a gostava de comer um charquezinho frito com farinha. Mas o povo baiano depende do charque para fazer a feijoada; da margarina para fritar um ovo; do vinagre para temperar a alface e o tomate; depende do leite em pó para alimentar as crianças e os seus filhos, Zé Neto, não pode haver 10% de aumento.

Em julho a população foi às ruas porque a classe média está falida, endividada pela política de consumo proporcionada por esse governo. Não aguenta mais pagar a prestação do carro; não aguenta mais pagar a escola da criança. Não consegue pagar o mercado do mês, nem o condomínio, nem o aluguel. E agora, deputado Zé Neto, recebe de presente, para começar 2014, 10% de aumento na cesta básica. A cesta básica que já é a mais cara do País, deputado Zé Neto. É falta de bom senso. O que está faltando a esse governo é bom senso. Não foi a classe produtiva que quebrou o Estado. Não foram os pais e mães de família que quebraram o Estado, e agora esse secretário, na ânsia de arrecadar, quer transferir a responsabilidade para os mais pobres.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O SR. BRUNO REIS:- É por isso, Sr. Presidente, que faço um apelo a V.Ex^a: peça ao governador, use o seu prestígio e a sua força política, para revogar esse famigerado decreto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Eu gostaria que V.Ex^a fizesse uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

(As galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faço um apelo, por favor, faço um pedido como amigo, porque quando gritam aí faz eco aqui.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo João Carlos Bacelar.

O Sr. João Carlos Bacelar:- Sr. Presidente, reitero o pedido de verificação de quórum do deputado Carlos Brasileiro, solicitando que V.Ex^a conte os 15 minutos regimentais.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por isso que a democracia é boa, um pede para continuar, outro pede para manter. Daqui a pouco um pede para derrubar, outro pede para manter. Isso faz parte do jogo democrático.

Zere o painel, marque 15 minutos. Srs. Deputados que estão no cafezinho, quórum para continuidade da sessão.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro, zere o painel e marque 15 minutos.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Darei a V.Ex^a.

Questão de ordem ao meu querido amigo, pastor, sargento, deputado Isidório.

O Sr. Sargento Isidório:- Sr. Presidente, desde a semana passada, faz mais de 15 dias, que esses companheiros do Sindicato dos Vigilantes estão aqui nesta Casa como heróis, acompanhados de suas lideranças sindicais, brigando por algo que já está passando do tempo de se fazer justiça. E conhecendo como conheço o governador do Estado, como todos nós sabemos da sua sensibilidade social, não podemos admitir hoje que saíamos daqui sem aprovar esse projeto, que não é um projeto de um deputado, é um projeto de todos nós.(Palmas).

Então, eu gostaria de pedir, mais uma vez, encarecidamente, ao deputado Elmar, ao Líder da Oposição, que tem sido, inclusive, referência nesta Casa, fazendo o seu trabalho com dignidade, não vamos punir trabalhadores. Enquanto isso, os empresários terceirizados estão desviando recursos, roubando os funcionários, indiretamente é culpa do Estado. Tenho certeza que o governador gostaria de saber, que pelo menos no dia de hoje, sairemos daqui prestando um serviço à sociedade, que é aprovar esse projeto que não é mais de uma deputada, de um deputado, é um projeto desta Casa, é um projeto que leva a dignidade aos trabalhadores terceirizados.

Então, é um projeto que todos os deputados de governo e creio que a Oposição também já se posicionou favorável. Então eu pediria aos deputados Bruno Reis, Elmar, a V.Ex^a, deputado Marcelo Nilo, um homem muito sensível, o relator do projeto, Mário Negromonte, que já pediu também, já conversou, então há um consenso, Sr. Presidente, eu pediria ao Líder do Governo que não saíamos daqui hoje sem fazer algo útil para este Estado. É uma questão de justiça. Só não vale a pena ter trazido os deputados... estou aqui com problema de saúde, iria ao médico, mas desloquei-me para cá, mesmo com problema de saúde, pensando que hoje iria se aprovar esse projeto, que é, talvez, um dos mais justos votados durante todo este ano. Mais importante às vezes até do que o Orçamento, pois sabemos que o Orçamento está tudo preparado e costurado e será aprovado. Mas esse aí leva a angústia aos trabalhadores que estão sem conforto, saindo dos seus lares, fazendo prontidão nesta Casa.

Então, gostaria de pedir encarecidamente, em nome do Deus de Israel, que os deputados aqui passassem a partir de agora a conversar com o deputado Bruno Reis, que não tem demonstrado nenhuma dificuldade, que conversassem com Elmar, com quem for necessário, seja com qualquer um.

Estou pedindo, Bruno, dentro da sua sensibilidade, para juntar com o deputado Zé Neto, com o presidente, pois há um consenso geral. Vamos dar pelo menos um presente a esses trabalhadores que estão sendo vitimados. Conheço a vossa postura, deputado, de político jovem, político de futuro.

O Sr. Marcelino Galo: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban: - Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Marcelino, que pediu primeiro.

O Sr. Gaban: - Por acordo, um de cada lado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem, deputado Gaban, V.Ex^a tem a questão de ordem por 5 minutos.

(Vários Srs. Deputados estão em pé no Plenário e os senhores presentes nas galerias se manifestam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, faço um apelo: vamos ouvir o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Obrigado, Sr. Presidente.

Gostaria de registrar – o Bruno Reis já o fez, o Pastor Sargento Isidório também, e eu não poderia deixar de fazê-lo – o empenho pessoal do vereador Suíca, que também ligou para mim pedindo para que ajudássemos na aprovação desse Projeto de Lei Anticalote. É uma solicitação dele também. Mas, infelizmente, o Líder do governo fez essa excrescência, vamos assim chamar, com o Regimento Interno desta Casa, o que está impossibilitando um acordo hoje.

Quando formos votar por nossa vontade, independentemente do governo, não tenho dúvida alguma de que será por dispensa de formalidades. Tenho também de ressaltar, além do vereador Suíca, a deputada Maria del Carmen e o deputado Mário Negromonte, que já tinham feito a mim essa mesma solicitação.

Então, boa vontade com V.S^{as} temos toda. Hoje, tentamos ajudá-los, mas o governo, mais uma vez, correu do acordo. V.S^{as} são testemunhas, propusemos um acordo, eles fizeram acordo, mas correram do acordo para prejudicá-los. Então, quem está prejudicando é o Líder do governo. Da mesma forma que está prejudicando aquela mãe e aquele pai que ganham os seus salário reduzidos, está também prejudicando aquele servidor público do Estado que não teve o seu reajuste.

E isso ocorre na hora em que o governo, mais uma vez, loteia o Estado, oferecendo secretaria àqueles partidos adesistas, não diminuindo o custeio e tendo que recuperar o dinheiro do povo, que vai pagar um imposto maior para este governo arrecadar mais ainda do que tem.

Então, é nesse sentido que a população tem de estar alerta. Um governo que loteia secretaria, faz distribuição publicamente do loteamento que está fazendo, esquecendo que o seu custeio está altíssimo. Teve essa opção no início do governo, levou ao desastre, chegando a um déficit no orçamento de mais de 2 bilhões, reduzindo nas áreas mais sensíveis do Estado, neste ano eleitoral. Os recursos necessários para que tenhamos um pouco mais de tranquilidade nas nossas casas, de ter uma segurança maior, uma educação melhor, o governo opta por diminuir os índices e aumentar o valor do leite em pó utilizado pelas mães que não podem amamentar nem têm condições de comprar o leite para alimentar os seus filhos.

É essa educação, é essa saúde deste governo, que está sendo muito pior do que o que eles criticavam e que nós todos temos de esquecer, que era o governo da ditadura militar. O PT quer criar uma ditadura aqui no Poder Legislativo. E tem de ficar muito claro que isso prejudica esse PL, aumenta os impostos, e a população é quem paga.

Temos de estar atentos! Os donos de supermercados têm de botar faixas: “Aumentamos o produto porque o governo da Bahia cobra os maiores impostos que

se cobra da pessoa que menos pode pagar.” E quem menos pode pagar é o assalariado, é aquele que menos recebe, é aquele que recebe o Bolsa Família!

O governo federal dá para uma mão e o governo do Estado toma da outra, porque, ao arrecadar mais impostos, diminui-se o poder de compra da cesta básica!

Então é nesse sentido que faço o registro aqui, caro Isidório. V.Ex^a lembrou bem o Suíça que havia me pedido e eu tinha me esquecido de falar em nome dele. Mas quem está prejudicando, efetivamente, não é a Bancada do governo que está constrangida. O Líder do governo levou uma tremenda de uma bronca do governador, porque não soube administrar um acordo.

Hoje fez-se acordo e volta-se atrás.

Esta Casa poderia ser de negociação. O parlamento é a Casa de iguais. E, em Casa de iguais, negocia-se e não se impõe. Sinto-me, até, constrangido em dizer que existe deputada, que pediu o voto aberto, e esta mesma deputada é uma das primeiras a assinar. Implanta-se, na Assembleia Legislativa, uma ditadura pior que a ditadura militar. Que contradição, repito, que contradição!

Nós devemos, Líder Elmar, fazer uma faixa e distribuir por *outdoors* pela cidade com os seguintes dizeres: aqueles deputados, que têm um discurso para o povo, têm, também, um discurso diferente ao querer amordaçar, melhor, botar uma tarja na boca da Oposição!

Mas nós não vamos nos calar!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Gaban, já acabou o seu tempo.

A Sr^a Luiza Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente, por favor.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho!

Eu vou convocar uma sessão extraordinária para votar este projeto. (Muitas palmas) Vejam, só um segundinho. Eu já vi os prazos regimentais. Por favor, repito, por favor. Este projeto não é nem de Governo nem de Oposição. Aqui não há disputa nem de Governo e nem de Oposição. Eu já venho, há um mês, pedindo um acordo. Já consultei a Mesa Diretora. Posso, como presidente, convocar uma sessão extraordinária para votar.

Então, vamos, primeiro, votar o requerimento e, depois, convoco a sessão extraordinária.

Eu faço um apelo. Os companheiros estão aqui há 30 dias! Diz-se: é hoje, é hoje, é amanhã... (Muitas palmas) Então, faço um apelo! Não existem nem vencidos nem vencedores. Todos sabem que, aqui, é uma Casa democrática. Eu já fiz um apelo.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, só um segundinho.

Não entrarei no mérito se este projeto é de Governo ou é de Oposição. Não há, aqui, vencidos ou vencedores. Já consultei. Não precisa de dispensa de formalidades. Depois da votação do requerimento, se não fizerem o acordo, vou convocar a sessão extraordinária para se iniciar um minutos após o encerramento desta.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Elmar Nascimento:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Mário Negromonte:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Elmar Nascimento.

(Vários Srs. Deputados manifestam-se, ao mesmo tempo, fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, só para não quebrar a regra, com a palavra o deputado Marcelino Galo, porque ele pediu a questão de ordem primeiro. Peço desculpas por causa da alteração, alternância.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, V.Ex^a está desculpado.

Mas eu quero registrar a presença, entre nós, nas galerias, de forma democrática, de nosso companheiro e presidente da Central Única dos Trabalhadores, Cedro (palmas). Ele está cumprindo a sua obrigação política junto com os nossos companheiros vigilantes apoiando a causa no sentido de que aprovemos esse PL Anticalote para avançar na luta que é esta verdadeira picaretagem “das gatas” que exploram os trabalhadores não pagando os seus direitos.

Parabéns ao companheiro que está aqui cumprindo com as suas obrigações.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Elmar Nascimento. Solicito brevidade, por favor, porque há mais dois pedidos de questão de ordem.

O Sr. Elmar Nascimento:- Não preciso nem dos cinco minutos. Quero, apenas, fazer uma colocação.

Esta Casa, para ter um funcionamento e não ir para a verdadeira “babel”, tem de ter regras. V.Ex^a se dispõe a fazer uma convocação para votar o projeto, porque este projeto está na Ordem do Dia. Tudo bem. Mas temos, aqui, na Ordem do Dia, ultrapassado todos os prazos regimentais, um requerimento com a assinatura de 47 deputados para votar o orçamento impositivo.

Qual é a razão para não votar, Sr. Presidente? (Muitas palmas.) Repito, qual é a razão para não se colocar em votação?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Elmar, me apresente o pedido com 32 assinaturas me pedindo para votar hoje que eu coloco.

O Sr. Elmar Nascimento:- Tem 47 assinaturas, Sr. Presidente. (Muitas palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro que não venceu os prazos....Desculpe. Deputado Elmar, se já venceu os prazos. traga-me 32 assinaturas que coloco para votar hoje. Infelizmente, tenho que colocar, 32 assinaturas.

O Sr. Elmar Nascimento:- Está protocolado na Casa, são 47.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- É uma questão política. Se 32 me apresentarem as assinaturas, eu coloco para votar. Não posso também ficar me expondo. Compete ao Líder do governo pedir aos seus liderados para não assinarem, e compete ao Líder da Oposição pedir para assinarem. Eu não posso. Deputado Elmar, se 32 me apresentarem, eu coloco para votar hoje.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, gostaria, inicialmente, de parabenizar a iniciativa de V.Ex^a de colocar para votar o projeto Anticalote.

Esse projeto da deputada Maria del Carmen, que está chegando daqui a pouco ao Plenário, é uma proposição que visa não somente dar segurança jurídica aos trabalhadores; busca também trazer uma transparência entre a relação das empresas e os órgãos públicos.

Acredito que vai ser um marco regulatório e que os serviços terceirizados vão

ser outros depois deste projeto de lei. No Brasil inteiro se discute as terceirizadas...

Eu peço, Sr. Presidente, que V.Ex^a faça garantir aqui a minha palavra...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, por favor, há um orador com a palavra. Faço um apelo aos meus queridos amigos, há um orador.

Pois não, deputado. Desculpe.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Para concluir, Sr. Presidente.

Este é um projeto que vai atender os órgãos públicos, tanto os do Estado quanto os das prefeituras. Vai atender também as empresas que querem prestar os serviços e pagar os trabalhadores em dia. E vai atender, sobretudo, os trabalhadores que trabalham e têm o direito de receber os seus proventos...

A Sr^a Luiza Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Então, Sr. Presidente, nós vamos fazer aqui uma grande justiça a esses trabalhadores que estão há mais de 30 dias em nosso Plenário acompanhando as votações e trazendo reivindicações justas.

Como relator, vai ser um momento de muito orgulho relatar e ver este projeto ser aprovado no dia de hoje.

Parabéns, Sr. Presidente. (Palmas.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está encerrada esta sessão. Lembro aos Srs. Deputados a convocação de uma sessão extraordinária para 1 minuto após o encerramento desta para votar o requerimento.

Depois do requerimento, eu convoco para votar o projeto Anticalote.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*